ATA N.º 14/2024

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2024 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, REALIZADA A 2 DE DEZEMBRO DE 2024

------No dia 2 de dezembro de 2024, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se em Sessão Ordinária de dezembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 -** ***Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano económico de 2025;***
- **PONTO 2 -** ***Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;***
- **PONTO 3 -** ***Apreciação e votação da proposta de Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal, sita no Rossio das Eiras;***
- **PONTO 4 -** ***Apreciação e votação da proposta de Taxas e Tarifas aplicáveis às áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária e às praias marítimas integradas no domínio público hídrico do Estado, sob gestão municipal decorrente dos Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro e do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio;***
- **PONTO 5 -** ***Apreciação e votação da Proposta da Minuta de Protocolo a estabelecer entre o Município de Lagos e a Freguesia São Gonçalo de Lagos - Atribuição de subsídio para reabilitação de edifício destinado à Sede da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos;***
- **PONTO 6 -** ***Apreciação e votação da proposta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Lagos e o Centro de Ciência Viva de Lagos;***
- **PONTO 7 -** ***Apreciação do Relatório da 4.ª Comissão sobre o trabalho desenvolvido na área da Solidariedade e Inovação Social e votação das Recomendações constantes no mesmo.***

------**ABERTURA DA SESSÃO**: Dado o pedido de substituição, para a Sessão, da Sra. 1.ª Secretária da Mesa, Maria Paula Couto (PS) e estando presente o 2.º Secretário da Mesa, José Jácome (PS), assumiu este as funções de 1.º Secretário. A Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS) convidou para exercer as funções de 2.ª Secretária, durante esta Reunião, um Membro do PS, Sra. Maria Clara Rato. Verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 37 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome (1.º Secretário, em exercício)
PS	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato (2.ª Secretaria, em exercício)
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Natércia Maria Baptista Reigada
PSD	Ana Paula Duarte Paulino de Cintra Seromenho
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Milvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	José Manuel Boto Vieira
CHEGA	Paulo Jorge do Rosário Dias

------**ENTRARAM NO DECORRER DA REUNIÃO,** no momento assinalado na Ata os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
BE	David Eduardo Vicente Roque

------**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Morais	Sessão	Natércia Maria Baptista Reigada
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)	Sessão	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte	Reunião	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	Sessão	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim	Sessão	Tiago Alexandre Godinho Mateus
PSD	Tiago Alexandre Godinho Mateus	Sessão	Ana Paula Duarte Paulino de Cintra Seromenho
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso	Sessão	José Manuel Boto Vieira

------**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador

------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**----------

------**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** No início deste período, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
BE	David Eduardo Vicente Roque	20.39

------**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

------Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 352/2024 a 431/2024, inclusive.----------

------Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 431/2024 a 550/2024 inclusive.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

------**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: "Não constituem novidade as limitações físicas, de localização e de espaço do Quartel dos Bombeiros de Lagos, localizado atualmente no extremo peninsular Este da Cidade. As relativas fragilidades geológicas do terreno e da sua localização que tornam o equipamento vulnerável em caso de sismo são uma preocupação. É também preocupante sabermos que em caso de sismo grave, a localização do equipamento arrisca a sua inacessibilidade total por via das suscetibilidades de colapso e perca de integridade de edifícios, de viadutos e da própria Avenida dos Descobrimentos. A localização peninsular potência as consequências do congestionamento de trânsito, verificado sobretudo na estação alta, prejudicando a distância de tempo de resposta às variadas ocorrências. Sabemos que o local de implantação possui uma capacidade de parqueamento estrangulada, mas o próprio edifício, construído há mais de quatro décadas e com várias obras de adaptação, apresenta-se limitado condicionando o apetrechamento de meios humanos e materiais. Estes serão alguns dos argumentos que justificam que a deslocalização e edificação de um novo quartel estejam plasmadas nos programas eleitorais de algumas forças políticas, incluindo os do Partido que lidera a Câmara Municipal com maioria absoluta desde 2001. O Partido CHEGA, que já viu aprovados nesta Assembleia Municipal propostas de Concessão de Benefícios Fiscais e Apoios Sociais aos Bombeiros de Lagos, e que na última Sessão viu aprovada a sua proposta para um monumento ao Bombeiro, entende também que não existe motivos para que a solução de um novo Quartel permaneça na gaveta e entende que o crescimento da cidade e das próprias capacidades dos agentes da Proteção Civil merece ser acompanhada por uma evolução das instalações físicas. Assim, o grupo municipal singular do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 2 de dezembro de 2024, delibere: 1 – Propor à Câmara Municipal que intensifique a compromisso com os agentes de Proteção Civil e prossiga as necessárias diligências com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lagos, com vista a um protocolo de deslocalização e edificação de um NOVO e moderno QUARTEL DOS BOMBEIROS DE LAGOS, para uma nova localização e configuração que permita suficiente parqueamento de viaturas, expansão de valências e uma articulação eficiente com os diversos agentes da Proteção Civil. 1.1 – Que o estudo das hipóteses de localização, quer seja em terreno de propriedade municipal ou em propriedade privada, bem como o desenvolvimento do projeto, sejam devidamente acompanhados pelos Comandos dos Bombeiros local e regional. 2 – Dar conhecimento da presente deliberação à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, à delegação de Lagos da Cruz Vermelha, e ainda à comunicação social local e regional."----------

------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) sugeriu que se anunciasse o sentido de voto de cada força política para que, em casa, se pudesse perceber como foram distribuídos os votos nos vários documentos. Relativamente a este documento, disse que a salvaguarda da operacionalidade dos Bombeiros é uma missão de todos e lembrou que, apesar das obras recentes, ainda existem fragilidades como a sua localização e as suas capacidades, esperando que haja sensibilidade para este tema.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.42

------A Sra. Manuela Rodrigues (PS) informou que já existe um compromisso entre o Município e os Bombeiros, tendo decorrido diversas reuniões entre a Câmara Municipal, os Bombeiros, a Proteção Civil e a Polícia Municipal, com o objetivo de se criar um edifício comum que reúna as condições adequadas para acolher estas três valências essenciais para o quotidiano da população. Sublinhou que o elo que as une é a segurança de todos e indicou o sentido de voto.----------

------Posto isto, foi colocada a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 129/AM/2024:**

------**Aprovada**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA sobre a salvaguarda da operacionalidade dos Bombeiros – Preparar o futuro Quartel.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: "Em Lagos as habitações municipais são bastante escassas para a quantidade de munícipes registados para os apoios. Daí que consideramos que tenha que existir uma seleção mais criteriosa dos beneficiários e dos candidatos elegíveis para a atribuição dos apoios para habitação. Neste sentido consideramos que na atribuição de apoios habitacionais, os munícipes de bem não devem ser preteridos a munícipes com registo da prática de violência grave ou reiterada. Na sua atribuição de zelar por uma vizinhança digna e segura para todos os cidadãos, o Município de Lagos deve afirmar-se como um senhorio exemplar e acautelar que nenhum munícipe receie o seu ambiente de segurança em risco por se arrendar uma habitação municipal. O Partido CHEGA considera importante que o Município de Lagos se afirme como um promotor de ambientes livres de violência e *pessoa de bem* na gestão dos apoios públicos. Por isso entendemos que nas diferentes modalidades de apoios, previstas no *Regulamento Municipal de Apoio ao Acesso à Habitação*, entre os critérios para a sua atribuição, independentemente da modalidade do apoio deve ser incluída a apresentação obrigatória de Registo Criminal a todos os elementos adultos do agregado familiar habitacional, permitindo assim determinar mecanismos de impedimento ou exclusão de candidatos ou beneficiários que hajam praticado

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

ilícitos criminais violentos. Assim, o grupo municipal singular do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 2 de dezembro de 2024, delibere: 1 – Recomendar à Câmara Municipal que no âmbito das suas disposições regulamentares inerentes à atribuição de apoios à Habitação, invista na garantia da paz e na qualidade de vida das famílias apoiadas, exigindo que nos seus critérios concursais, sempre que seja de solicitar provas de rendimentos aos agregados, passe a ser exigido também certificados atualizados de Registo Criminal. 1.1 – Que a prática de crimes violentos recentes constitua impedimento às candidaturas. 2 – Recomendar à Câmara Municipal que no âmbito de acompanhamento e reavaliação dos contratos de arrendamento habitacional já celebrados pelo município, crie normas que permitam requerer nova prova de rendimentos acompanhada de certificado de registo criminal aos titulares e coabitantes adultos, e que preveja o direito a cancelar o contrato com beneficiários que hajam cometido quaisquer ilícitos criminais violentos nos últimos três anos. 3 – Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social local e regional."----------

------A Sra. Mílvia Gonçalves (PSD) referiu que o Grupo Municipal do PSD, apesar de reconhecer a existência de violência nos bairros sociais, considera que esta medida roça a ilegalidade, tornando-se inviável. Acrescentou que, através da fiscalização dos serviços municipais, é possível resolver as situações existentes nos bairros, lembrando ainda que estes também têm habitações vendidas. Indicou o sentido de voto.----------

------A Sra. Cristina Marreiros (LCF) sublinhou a necessidade de investimento na paz e na qualidade de vida das famílias apoiadas. Recordou que a Constituição da República Portuguesa consagra o direito à habitação e alertou que a exigência do registo criminal poderia privar vítimas de violência doméstica desse direito, dando exemplos. Concordou com as razões invocadas pelo Grupo Municipal do PSD e indicou o sentido de voto.----------

------O Sr. David Roque (BE) lembrou que, em reuniões anteriores da Assembleia Municipal, foram discutidos documentos muito menos conflituosos do que este, e recordou que sempre foi princípio do Município cortar apoios sociais a quem tivesse dívidas à Autarquia. Considerou, contudo, que o Estado Social não se deve confundir com o Estado Moral e que as questões de justiça são demasiado vagas, devendo manter-se como critério de apoio os rendimentos. Entendeu que a proposta em discussão não melhora a qualidade de vida das pessoas.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) indicou o sentido de voto e salientou que o documento em apreciação apresentava ilegalidades.----------

------O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), indicou o sentido de voto. Defendeu que o povo não é violento e que deve confiar-se na justiça, recordando que, quando surgem problemas, as autoridades competentes se deslocam ao local para os resolver. Sublinhou que Portugal é um dos países mais seguros do mundo e questionou o destino das famílias dos condenados caso a proposta fosse aprovada. Considerou ainda que este documento ataca os mais vulneráveis, reafirmando o compromisso do Grupo Municipal do PS em melhorar as condições de vida dos cidadãos.----------

------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) lembrou que, noutros Municípios, o PS apoiou

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

medidas semelhantes e lamentou que estivesse a ser posta em causa a legalidade da proposta. Considerou que o documento visa salvaguardar a paz social e a dignidade da habitação social, defendendo a inclusão da exigência de apresentação do registo criminal.----------

------O Sr. Márcio Viegas (PS) afirmou que o Grupo Municipal do PS não compactua com as insinuações feitas pelo CHEGA, que demonstram desconhecimento do sistema social português, cujo objetivo é reintegrar na sociedade pessoas que tenham cometido atos ilícitos, mas que se tenham arrependido ou já cumprido a respetiva pena. Salientou ainda que a proposta esquece quem realmente necessita de apoio social e pode prejudicar pessoas com deficiência ou famílias alargadas, razão pela qual não a podem acompanhar.----------

------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) esclareceu que, para si, "pessoas de bem" são todos aqueles que não sejam bandidos.----------

------O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), respondeu lembrando que existem deputados da Assembleia da República condenados por violência doméstica e xenofobia, questionando se, nesses casos, se trataria ou não de "pessoas de bem". Acrescentou que o CHEGA manchou a imagem da democracia ao colocar cartazes nas janelas da Assembleia da República e sublinhou que a maioria da população não se revê na ideia de "pessoas de bem".-----

------Posto isto, foi colocada a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	1	0	**1**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	**0**
VOTOS CONTRA	16	3	2	2	0	1	**24**

------**DELIBERAÇÃO N.º 130/AM/2024:**

------**Reprovada**, por maioria com 24 votos contra (16 do PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], 3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do BE [David Roque]) e 1 voto a favor do CHEGA (Paulo Rosário),a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA sobre a Habitação Municipal Justa e sem violência – Pela exigência de Registo Criminal aos beneficiários dos apoios habitacionais.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: "Por todos os destinos turísticos mundiais verifica-se a multiplicação de totens destinados a atrair a fotogenia de lugares emblemáticos. Na região e no país são já várias as cidades que optaram por instalar baloições panorâmicos e letreiros turísticos que convidam à fotografia e potenciam o fator de "instagramização" do destino turístico. O Partido CHEGA gostaria de ver Lagos como uma cidade que abraça a modernidade enquanto promove a sua identidade

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

histórica e por isso considera que Lagos possui todas as condições e vantagens em executar na zona nobre da cidade, em particular no Jardim da Constituição ou áreas adjacentes, um letreiro turístico que convide à melhor fotografia marcando a presença de cada um dos nossos visitantes. Assim, o grupo municipal singular do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 2 de dezembro de 2024, delibere: 1 – Propor à Câmara Municipal de Lagos que, à semelhança de vários outras cidades da região de país, desenhe e execute um letreiro turístico "AMO LAGOS", instalando-o em zona nobre e fotogénica da cidade, promovendo o orgulho na identidade da cidade enquanto convida à arte fotográfica todo o nosso público visitante. 1.1 – Na senda, considere a instalação de um ou mais baloiços panorâmicos, esteticamente apelativos, em zonas fotogénicas do concelho."----------

------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) lembrou que esta proposta já tinha sido falada na Câmara Municipal mas que ainda não tinha passado pela Assembleia Municipal.--

-----A Sra. Mílvia Gonçalves (PSD) referiu que esta proposta já tinha sido apresentada anteriormente por um vereador do PSD e rejeitada. Acrescentou que, se observarmos outras cidades da Europa, verificamos a existência deste tipo de letreiros e, nesse sentido, indicou o seu voto.----------

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), indicou igualmente o seu sentido de voto e afirmou que, por todos amarem Lagos, não se devem replicar medidas existentes noutros concelhos, lembrando que há marcos históricos que representam melhor a identidade da cidade, como as várias estátuas nela colocadas, sendo esse o património que deve ser valorizado.----------

------A Sra. Cristina Marreiros (LCF) referiu que, ao contrário do que defende o Grupo Municipal do PS, não consideram esta medida uma banalização, mas sim mais uma forma de divulgar Lagos. Questionou ainda se o PS, relativamente a outro tipo de medidas já existentes, teria a mesma posição, propondo ou votando contra, e declarou o seu sentido de voto.----------

------Posto isto, foi colocada a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	0	2	1	0	**6**
ABSTENÇÕES	2	0	2	0	0	1	**5**
VOTOS CONTRA	14	0	0	0	0	0	**14**

------**DELIBERAÇÃO N.º 131/AM/2024:**

------**Reprovada**, por maioria com 14 votos contra do PS (Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada), 6 votos a favor (3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 voto do CHEGA [Paulo Rosário]) e 5 abstenções (2 do PS [José Jácome, Maria Clara Rato], 2 da CDU [José Manuel Freire, Ana Paula Viana], 1 do BE [David Roque]), a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

CHEGA sobre a colocação de um letreiro em zona nobre denominado AMO Lagos.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal o Singular do CHEGA: "A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece regime jurídico das autarquias locais. De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 35.º, incumbe-se ao Presidente da Câmara Municipal elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município. Por sua vez, a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal estatui que compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. O n.º 2 do artigo 27.º da mesma Lei indica ainda que a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril [Assembleia Municipal]. Não obstante os alertas feitos por membros da Assembleia Municipal de Lagos, a Câmara Municipal tem continuado sem cumprir com esta exigência legal de apresentar o referido inventário. Alertamos ainda que a Câmara Municipal de Lagos também não apresentou o conveniente *Regulamento de Inventário e Cadastro do Património* adequado às novas exigências legislativas de inventariação, avaliação e controlo do património, e que possibilite um grau adequado de acompanhamento de todos os bens móveis e imóveis do município. Assim, o grupo municipal singular do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 2 de dezembro de 2024, delibere: 1 – Propor à Câmara Municipal de Lagos que apresente um inventário de bens imóveis municipais clarificando e demonstrando à Assembleia Municipal que elabora e mantém atualizado o cadastro dos bens imóveis do município, mais conforme à exigência da alínea d) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei."

------O Sr. José Guerreiro (PS) referiu que a proposta em discussão se torna inócua, uma vez que o inventário já está a ser realizado, conforme tem sido reiterado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), embora ainda não esteja concluído. Acrescentou que, de acordo com o relatório do ROC, desde 2020 já foram efetuadas 75.843 regularizações do domínio público e privado, lembrando que o processo de inventariação é moroso e de elevada complexidade. Informou ainda que, a nível nacional, apenas alguns Municípios conseguiram concluir este inventário, sendo elucidativo o número elevado de imóveis ainda por tratar. Lamentou, por fim, a posição assumida pelo Grupo Municipal do CHEGA sobre este tema e declarou o sentido de voto.----------

------Posto isto, foi colocada a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	0	2	1	1	**7**
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	0	0	**2**
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	0	0	**16**

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------**DELIBERAÇÃO N.º 132/AM/2024:**

------**Reprovada**, por maioria com 16 votos contra do PS (Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada), 7 votos a favor (3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do CHEGA [Paulo Rosário], 1 do BE [David Roque] e 2 abstenções da CDU (Ana Paula Viana, José Manuel Freire), a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA sobre o Inventário dos Imóveis Municipais.----------

------Foi apresentada ao Plenário, o seguinte Voto de Saudação pelo Grupo Municipal da CDU: "Considerando que as diretrizes emanadas da Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde, Organização Internacional do Trabalho, União Europeia e a própria legislação nacional que sublinham a necessidade de medidas adicionais que favoreçam a inclusão social da pessoa com deficiência em áreas como o emprego, trabalho e formação, consumo, segurança social, saúde, habitação e urbanismo, transportes, educação e ensino, cultura e ciência, sistema fiscal, desporto e tempos livres. Considerando o objetivo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de promover, proteger e garantir o gozo pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e de promover o respeito pela dignidade. Considerando a necessidade de dar cumprimento ao estabelecido no artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa e o objetivo de realizar uma política global, integrada e transversal expresso na Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. O dever das Administrações Central e Local de promoverem políticas de reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência vertidas no primeiro Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências e Incapacidades (PAIPDI) e no Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA). Considerando que amanhã, dia 3 de dezembro se celebra o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, observa-se que as pessoas com deficiência prosseguem na exigência de respostas por parte da Câmara Municipal de Lagos e do governo, embora se reconheça que existiram alguns avanços. Consideramos que esses avanços se encontram muito aquém do que seria desejado, para o cumprimento do seu direito à mobilidade, à comunicação, à autonomia, ao desporto, comprometendo grandemente a sua participação quer a nível do trabalho, como do lazer. Considerando ainda que segundo os Censos 2021 no nosso Concelho existem 5502 Munícipes com Mobilidade Reduzida e 7943 com dificuldades de visão, conforme tabela abaixo:

Nível de Dificuldade	Visão	Audição	Mobilidade Reduzida
Tem alguma dificuldade	6962	2933	3862
Tem muita dificuldade	901	591	1294

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Dificuldade total	80	92	346
Total	7943	3616	5502

Assim face ao exposto, os eleitos da CDU propõem, que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 2 de dezembro de 2024 delibere: 1. Saudar os cidadãos com deficiência e as organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência numa luta de todos os dias pelo cumprimento dos objetivos desta data, assim como as entidades que, no sector social, todos os dias intervêm para que os equipamentos e serviços que gerem proporcionem os apoios devidos às pessoas com deficiência, destacando no nosso concelho o NECI e a Casa de Santo Amaro. 2.Exortar o Presidente da Câmara Municipal de Lagos a dar cumprimento às deliberações da Assembleia Municipal de Lagos, nomeadamente: a) Elaboração do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lagos, b) Criação do Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, c) Implementação dos Catálogos digitais na Biblioteca Júlio Dantas e seus núcleos nas Freguesias, assim como no Centro de Documentação do Museu José Formosinho. 3.E ainda exigir do Governo: a) Tornar mais célere o acesso ao Atestado Multiusos, desburocratizando procedimentos para reduzir consideravelmente os atrasos na realização das Juntas Médicas. b) Valorização da Prestação Social de Inclusão com um aumento mensal de 70 euros na sua componente base. c) O reforço de verbas a atribuir para os produtos de apoio às pessoas com deficiência. d) O aprofundamento do regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência, não limitando o acesso apenas para quem tenha um grau de incapacidade igual ou superior a 80%. 4. Dar conhecimento às Associações Locais, à Comunicação Social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal."----------

------Sem que tenha sido alvo de quaisquer intervenções, foi colocado a votação o Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 133/AM/2024:**

------**Aprovada**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), o Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU sobre o dia 3 de dezembro de 2024 – Dia Internacional das pessoas com deficiência: Pelos direitos das pessoas com deficiência à Mobilidade, à comunicação, à Cultura e ao Desporto.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da CDU: "A Assembleia Municipal de Lagos é um órgão representativo do Município de Lagos dotado de poderes deliberativos, bem como dotado de poderes de fiscalização sobre a atividade da Câmara Municipal, nos termos da lei. Desta forma, a fim de desempenharem a sua missão de fiscalização da Câmara Municipal, os Grupos ou Deputados Municipais podem requerer por escrito à Câmara Municipal, através do Presidente da Assembleia Municipal, as informações e esclarecimentos que

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

entendam necessários. Nos termos do Regimento da AML, a Câmara Municipal deve responder com a urgência que a questão justificar, não devendo a resposta exceder os 30 (trinta) dias. O Regimento e Código do Procedimento Administrativo, prevê ainda que, se a Câmara Municipal não puder responder no prazo fixado, deverá comunicar, também por escrito, as razões da falta de resposta. Até ao dia 16 de Setembro de 2024, a Câmara Municipal não tinha respondido a 60 requerimentos dos diversos Grupos Municipais. Dos 60 requerimentos acima referidos 25 são da CDU, com o primeiro destes datado de 09/11/2021 com o assunto " Requerimentos sem resposta no Mandato 2017/2021". Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida 02 de Dezembro de 2024, delibera: 1- Manifestar junto da Câmara Municipal de Lagos o seu desagrado e protesto pelo não cumprimento das disposições legais acima mencionadas, impedindo, assim, aos membros desta Assembleia o cumprimento cabal das suas competências. 2- Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que providencie, no mais breve espaço de tempo, para que seja dado resposta aos requerimentos em atraso dos diversos grupos Municipais da AML e justifique, também por escrito, as razões da falta de resposta, dando assim cumprimento ao estipulado na Lei. 3- E que, de futuro, seja dado cumprimento atempado à legislação e ao regimento da Assembleia Municipal de Lagos na resposta aos requerimentos por parte da Câmara Municipal de Lagos."----------

------A Sra. Cristina Marreiros (LCF) lembrou que, à semelhança da CDU, o Grupo Municipal da LCF, também tem vários requerimentos sem resposta e é uma situação recorrente nesta Assembleia. Desta forma pretendem que a Câmara Municipal responda em tempo útil e de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal.----

------Posto isto, foi colocada a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 134/AM/2024:**

------**Aprovada**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre os Requerimentos sem resposta pela Câmara Municipal.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da CDU: "No 13 de Abril de 2023 foi assinado um protocolo entre os Municípios de Faro e de Loulé e o CHUA Centro Hospitalar Universitário do Algarve para a cedência de um terreno situado no Parque das Cidades, para a Construção de um Centro Oncológico Inovador. Será uma mais-valia para os Cuidados de saúde já que permitirá concentrar num único edifício todo o processo, desde a fase de diagnóstico, passando pela definição de terapêutica até ao tratamento e seguimento dos doentes nas suas diversas valências clínicas. Este centro oncológico irá cobrir a área geográfica do Algarve e Alentejo. Segundo noticia publicada na comunicação social no dia 2 de Abril de 2023, o futuro equipamento terá uma área com cerca de

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

5.500 m2, irá integrar o Serviço Nacional de Saúde e pretende colmatar uma lacuna regional na prestação de cuidados de saúde, dando apoio a muitos Algarvios que padecem de doença oncológica e que necessitam de uma abordagem multidisciplinar, tanto em termos de diagnóstico como de tratamento. Como tal, pretende-se reunir num único espaço físico várias especialidades como a oncologia médica, cirurgia, radioncologia, nutrição, dor crónica, medicina física e de reabilitação, cuidados paliativos e apoio social, por forma a que o doente não precise de sair da região e que, numa única deslocação, possa realizar o seu tratamento de forma integrada e com o acompanhamento dos vários profissionais. De referir que o CHUA será o responsável pela construção, manutenção e exploração de todos os recursos técnicos e humanos deste Centro. Acontece que no dia 26 de Março de 2024 e em 22 de outubro de 2024 a Assembleia Municipal solicitou um conjunto de perguntas com o objetivo de se inteirar da situação sem que tenha obtido qualquer resposta pelo CHUA ou entidade que o substitua. Pelo que os Eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 02 de Dezembro de 2024 solicite à Unidade de Saúde Local do Algarve o seguinte: 1- Qual o ponto da situação referente ao projeto Centro Oncológico do Algarve. 2- Se já esta assegurado o financiamento para a construção e apetrechamento do Centro Oncológico do Algarve. 3- Para quando o lançamento da empreitada para construção do referido Centro 4- Qual a previsão de abertura do Centro Oncológico do Algarve."----------

------Sem que tenha sido alvo de quaisquer intervenções, foi colocada a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 135/AM/2024:**

------**Aprovado**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre o Centro Oncológico Inovador do Algarve.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Moção, pelo Grupo Municipal da CDU: "O Hospital Central do Algarve é um elemento fundamental para a melhoria dos cuidados de saúde prestados à população residente e aos turistas, nacionais e estrangeiros, que visitam a região algarvia. São inúmeras as declarações, os anúncios, as votações e iniciativas sobre a construção do Hospital Central do Algarve e, apesar de este hospital ter sido considerado uma prioridade por sucessivos governos, a realidade é que a construção desta infraestrutura de saúde continua a ser sucessivamente adiada. Ano após ano a CDU não tem deixado de tomar iniciativa sobre esta prioridade para os cuidados de saúde no Algarve, ao lado das populações e dos profissionais da saúde, no sentido que avance a construção do novo hospital. PS, PSD e CDS, que têm tido o poder de decisão, ainda não o fizeram. Vem agora o governo PSD/CDS, mais uma vez mostrar intenções de pegar no tema, mas só se

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

for com recurso a PPP para a sua construção (posição igual ao do anterior governo PS) e também para a sua gestão. Que sejam transferidas as verbas do Ministério das Finanças a favor da Unidade Local de Saúde do Algarve, I.P., necessárias à concretização do investimento no novo Hospital do Algarve, num modelo de construção e de gestão integralmente público, destinados à revisão do programa funcional e elaboração dos projetos de execução, de arquitetura e especialidades necessários à sua construção. Nestes termos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 02 de Dezembro de 2024 delibere: 1 - Tomar posição pública pela construção do Hospital Central do Algarve; 2 - Exigir do governo que avance o quanto antes com o processo de elaboração dos projetos de execução, arquitetura e de construção do Hospital Central do Algarve; Enviar esta moção ao governo, à ULS Algarve e demais Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e órgãos de comunicação social."----------

------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) indicou o sentido de voto e informou que não concordava que os modelos de construção e gestão sejam integralmente públicos.---

------Posto isto, foi colocada a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 136/AM/2024:**

------**Aprovada**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU pela construção do Hospital do Algarve.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da CDU: "A CDU considera que o transporte ferroviário é a espinha dorsal de um verdadeiro sistema de transportes, quer pelas suas características estruturantes para o sistema, quer pelo lugar estratégico que ocupa na vida económica do País, assegurando a circulação de mercadorias e bens e a mobilidade das populações, com enormes benefícios para o ambiente e para o desenvolvimento sustentável ao nível local, regional e nacional. A modernização da Linha Ferroviária do Algarve não pode ficar só pela sua eletrificação, que está em fase de finalização. Há todo um investimento que é urgente planear, calendarizar, garantir fundos e sobretudo concretizar, pois os atrasos são de décadas, com as necessidades bem identificadas e na generalidade consensualizadas. O desenvolvimento económico do Algarve tem muito a ganhar com o conjunto significativo de investimentos propostos para o transporte ferroviário regional, quer enquanto aumento do investimento público na região, na melhoria das condições de mobilidade, no aumento da qualidade do serviço prestado, na satisfação dos utentes e na contribuição para as questões ambientais. Com a proposta deste conjunto de investimentos a perspetiva que a CDU aponta para a região do Algarve é a de um aumento significativo da importância do transporte ferroviário e da melhoria da qualidade do serviço prestado às populações, com inegáveis impactos positivos também nas condições de desenvolvimento

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

económico regional. A CDU, dando cumprimento aos compromissos assumidos com a população do Algarve, propõe o Ministério das Finanças assegure a transferência para a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. das verbas necessárias à realização dos seguintes investimentos em infraestruturas e serviço de transporte ferroviário no Algarve: a) Concretização final das intervenções de modernização e eletrificação da linha do Algarve; b) estudo e elaboração de projeto para criação de ligação ferroviária à Universidade do Algarve e ao Aeroporto de Faro, sem utilização de alternativas não ferroviárias; c) investimento na reativação da concordância de Tunes; d) avanço do investimento na ligação em alta velocidade Faro - Huelva - Sevilha sem dependência da ligação Lisboa - Évora - Beja - Faro; e) concretização do investimento necessário à disponibilização do serviço Intercidades até Vila Real de Santo António, incluindo o investimento necessário à adequação das plataformas ferroviárias existentes nesse trajeto; f) investimento na capacidade instalada na região para efetuar serviços de manutenção e reparação do material circulante, considerando as necessidades de substituição do material circulante por comboios de tração elétrica em consequência da eletrificação da Linha do Algarve, designadamente considerando de forma adequada o investimento nas oficinas da CP em Vila Real de Santo António e a valorização dos seus trabalhadores, reconvertendo estas oficinas para a manutenção e reparação de material circulante de tração elétrica e preservando os postos de trabalho; g) investimento destinado a corresponder a melhoramentos, designadamente na requalificação de estações e reforço da sua guarnição, na requalificação de apeadeiros e na retoma do processo de supressão de passagens de nível. Nestes termos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 02 de Dezembro de 2024 delibere: a) Tomar posição pública pelo investimento em infraestruturas e serviço de transporte ferroviário no Algarve; b) Exigir do governo que avance o quanto antes com a transferência das verbas necessárias para as Infraestruturas de Portugal para concretizar este investimento na ferrovia e nas infraestruturas necessárias; c) Enviar esta moção ao governo, às Infraestruturas de Portugal, IP-SA e demais Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e órgãos de comunicação social."----------

------Sem que tenha sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 137/AM/2024:**

------**Aprovada**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre o investimento nas infraestruturas e serviço do transporte ferroviário do Algarve.----------

------Foi apresentada ao plenário, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal da CDU: "Encontra-se em incompreensível situação de abandono e degradação a

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

antiga cocheira de locomotivas do Terminal Ferroviário de Lagos, classificada como Núcleo Ferroviário de Lagos do Museu Nacional Ferroviário. Esta antiga cocheira de locomotivas, com a plataforma rotativa para manobra e inversão de marcha das locomotivas, foi construída na década de 20 do século passado e é considerada a única do seu género existente no País. Albergava no seu interior em 2020, como acervo museológico, uma carruagem da direção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste de 1912, um salão pagador de 1929, duas locomotivas a vapor inglesas de 1889 e 1890, alguns quadriciclos, uma dresine e ferramentas e utensílios. Como Núcleo Museológico, a cocheira de locomotivas de Lagos só esteve aberta ao público duas vezes por semana em 2007. Esta importante peça do património nacional e da memória histórica dos Caminhos de Ferro, assim como de Lagos e do Algarve, encontra-se desde então em total abandono e a caminho da completa degradação. Acontece que no dia 30 de Julho de 2022, foi assinado solenemente em cerimónia integrada nas comemorações do Centenário da chegada do comboio a Lagos em sessão pública no Centro Cultural de Lagos um protocolo entre o Município de Lagos e o Conselho de Administração da Fundação Nacional Museu Ferroviário. O referido protocolo determina na Cláusula 5ª no Ponto 2 alínea (A) *" Proceder à requalificação da antiga cocheira e espaço envolvente, dotado o Núcleo Museológico das condições necessárias à sua abertura ao público"*. E na alínea (B) *" Assegurar, por sua conta, a abertura do espaço museológico, bem como a vigilância, limpeza e conservação do Núcleo e do seu espólio"*. Com a assinatura deste protocolo e com as declarações proferidas nessa altura a população de Lagos ficou com a ideia que seria desta que antiga cocheira de locomotivas do Terminal Ferroviário de Lagos, seria reabilitada e posta a funcionar como núcleo Museológico do Museu Ferroviário. Acontece que passados mais de 2 anos que continua o abandono e degradação da antiga cocheira de locomotivas do Terminal Ferroviário de Lagos, sem que seja do conhecimento público o motivo pelo qual não foi dado cumprimento ao protocolo assinado com pompa e circunstância os Eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 2 de Dezembro de 2024 delibere: 1- Solicitar à Câmara Municipal de Lagos a elaboração de um relatório pormenorizado das diligências efetuadas para dar cumprimento aos estipulado no protocolo acima referido, e o ponto da situação atual em relação a financiamento e ao início da intervenção."----------

------A Sra. Dina Cintra (PS) referiu que ainda há um longo caminho a percorrer e que, em Lagos, de acordo com os dados da ALGAR, os bioresíduos representam 48% do lixo indiferenciado recolhido diariamente. Informou que estes dados estão inscritos no Plano Municipal dos Resíduos do Município demonstrando o potencial deste tipo de resíduos. Disse ainda que este plano é complementado pelo estudo para o desenvolvimento do sistema de recolha de biorresíduos do Município. Revelou que estes instrumentos articulados com o plano de ação estratégico para os Resíduos de Sólidos Urbanos da Região são o suporte técnico necessário para a nova obrigação de recolha dos biosrresíduos do Concelho. Referiu ainda que a intenção do Município é a de se avançar brevemente com a recolha destes resíduos e, para isso, já adquiriu equipamentos para esse fim e já iniciou a preparação da campanha de sensibilização para estes biorresíduos. Lembrou que para que tudo possa avançar era necessário fazer a admissão de pessoal para que se possa proceder

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

à recolha destes resíduos porta a porta. Explicou a forma de implementação de todos os procedimentos a efetuar para que tudo se concretize. Relativamente à compostagem doméstica revelou que primeiramente ir-se-á proceder junto dos Munícipes, que se voluntariem para esta fase experimental do processo, à formação para a utilização destes compostores e, só depois deste período se fará a expansão para a comunidade. Posto isto, disse que o processo já está em andamento e indicou o sentido de voto.----------

------A Sra. Cristina Marreiros (LCF) congratulou-se por o processo já estar em andamento e alertou para o problema do aparecimento de alguns animais por causa da compostagem devendo-se alertar a população também para este problema.--------

------Posto isto, foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 138/AM/2024:**

------**Aprovada**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre o abandono e degradação da antiga cocheira de locomotiva do terminal ferroviário de Lagos.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal da CDU: "A maior parte do lixo produzido, atualmente, em nossas casas, tem como destino final o aterro sanitário. Cerca de 40% desse lixo que deitamos fora são resíduos biodegradáveis, restos de comida, resíduos de jardim ou do quintal. Estes poderiam ser reciclados, produzindo um excelente fertilizante natural – o composto – através de um processo de transformação biológica a que se dá o nome de compostagem. A compostagem doméstica é um processo que permite a natural degradação dos resíduos orgânicos que são produzidos nas nossas cozinhas e jardins. Muitos dos resíduos que produzimos são orgânicos e, ao invés de os colocarmos no contentor do lixo podemos destiná-los ao processo de compostagem, com a vantagem de se produzir ainda um adubo rico em nutrientes, o composto, que se poderá utilizar no jardim ou numa horta familiar. O incremento da estratégia da compostagem doméstica é uma das medidas preconizadas na Estratégia Nacional para o Desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados a Aterro, aprovada em 2003, na sequência da Diretiva n.º 1999/31/CE, de 26 de Abril. A compostagem é uma forma de atenuar o problema dos RSU's, dando um destino útil aos resíduos orgânicos. É um processo natural de decomposição biológica. Evita assim a acumulação de RSU's em aterro e devolve à terra os nutrientes de que necessita, transformando um problema numa solução. « Assim considerando o atrás exposto e tendo em conta a experiência positiva de muitas Câmaras Municipais proponho: - Que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos desencadear o processo de compostagem doméstica,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

promovendo uma campanha de esclarecimento e sensibilização junto da população em geral e, das escolas e serviços municipais, em particular. - Que a exemplo do que acontece noutras regiões, promova uma parceria com a empresa intermunicipal de recolha e tratamento de RSU's que permita a oferta de compostores e a formação necessária para a sua utilização ». A proposta atrás transcrita foi apresentada pela CDU na Sessão da Assembleia Municipal de Lagos em 28 de Dezembro de 2009 e mereceu a aprovação por unanimidade. Agora passados 15 anos sem que nada tenha sido feito na área da compostagem doméstica, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos reunida a 2 de Dezembro de 2024 vêm mais uma vez propor que a Assembleia Municipal de Lagos delibere: - Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que inicie o processo de compostagem doméstica, promovendo uma campanha de esclarecimento e sensibilização junto da população em geral e, das escolas e serviços municipais, em particular. - Que a exemplo do que acontece noutras regiões, promova uma parceria com a empresa intermunicipal de recolha e tratamento de RSU's que permita a oferta de compostores e a formação necessária para a sua utilização."----------

------Sem que tenha sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 139/AM/2024:**

------**Aprovada**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU por um Município amigo do Ambiente Lagos avança com a compostagem domestica 2009-2024 15 anos de espera.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da CDU: "Com a publicação do Despacho n.º 9316/2019 publicado no Diário da República a 3 de Outubro de 2019, foram definidas as regras para Retoma do POC Odeceixe-Vilamoura, nomeadamente a criação da comissão consultiva e o prazo de doze meses para a conclusão da elaboração do POC-OV, incluindo a correspondente avaliação ambiental á data do referido despacho. Assim passados mais de cinco anos sobre a data acima referida sem que seja do conhecimento público a aprovação e a marcação da discussão pública da retoma do POC Odeceixe-Vilamoura, e Considerando que neste mandato a Assembleia Municipal de Lagos, solicitou por 3 vezes, em 10 de Janeiro de 2022, 02 de Junho de 2023 e de 26 de Abril de 2024 esta informação sem que tenha sido dado resposta ou qualquer justificação pela Agência Portuguesa do Ambiente, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 2 de Dezembro de 2024 delibere: - Solicitar a APA- Agência Portuguesa do Ambiente: 1- Informação sobre o motivo de até à presente data não ter sido dado início à Retoma do POC Odeceixe-Vilamoura. 2- Qual o motivo da falta de resposta a requerimentos da Assembleia Municipal de Lagos datados de 10 de Janeiro de 2022, 02 de Junho de 2023 e de 26 de Abril de 2024, sobre o acima

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

referido."----------

------O Sr. Presidente da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) informou que os trabalhos já foram retomados e indicou o sentido de voto.-----

------Posto isto, foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	2	2	1	1	**9**
ABSTENÇÕES	16	0	0	0	0	0	**16**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 140/AM/2024:**

------**Aprovada**, por maioria com 9 votos a favor (3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do CHEGA [Paulo Rosário], 1 do BE [David Roque]) e 16 abstenções do PS (Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada), a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre a retoma do POC – Plano de Orla Costeira Odeceixe-Vilamoura.----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da CDU: "Nas últimas décadas, a agricultura e a pecuária perderam importância no Algarve, fruto de um errado modelo de desenvolvimento regional que apostou quase exclusivamente no turismo. Urge inverter esta situação, recuperando as atividades agropecuárias, valorizando a produção regional e o mundo rural. A recuperação do sector pecuário, exige que os produtores disponham de um matadouro público na região algarvia. Em julho de 2007, o único matadouro existente no Algarve – o Matadouro Regional do Algarve, localizado no concelho de Loulé – foi encerrado pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, devido ao incumprimento das condições de higiene mínimas, não mais reabrindo. Desde então, os produtores de carne algarvios ficaram privados de uma infraestrutura essencial para a sua atividade, vendo-se obrigados a recorrer a matadouros de outras regiões do País para procederem ao abate dos animais, com todos os impactos ambientais e custos associados a essas longas deslocações. Os produtores continuam a fazer desta exigência um elemento absolutamente essencial para a recuperação e o desenvolvimento do sector pecuário. A CDU dando cumprimento aos compromissos assumidos com a população algarvia, exige que o atual governo deve assumir as suas responsabilidades na dinamização da produção regional, em particular o sector de produção de carne regional, dotando o Algarve de um matadouro público regional. Pelo que os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 02 de Dezembro de 2024 delibere: - Que o Ministério das Finanças assegure em 2025, a transferência para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, das verbas necessárias à elaboração dos estudos e projeto para construção de um matadouro público regional no Algarve. 1. Enviar esta moção ao

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

governo, demais Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e órgãos de comunicação social."----------

------A Sra. Mílvia Gonçalves (PSD) referiu que o Grupo Municipal do PSD concorda que haja estas necessidades agropecuárias mas, esta proposta, encontra-se desenquadrada com as necessidades reais da região uma vez que não há muitos criadores de gado na região.----------

------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) lembrou que a 21 de outubro foi aprovada uma proposta do CHEGA na Assembleia da República para a construção de um Matadouro Regional no Algarve estando a mesma a ser trabalhado na respetiva comissão.----------

------O Sr. David Roque (BE) lembrou que a inexistência de um matadouro regional é inadmissível, uma vez que os criadores de gado têm de fazer grandes distâncias para abaterem os seus animais provocando um grande aumento nos custos de produção verificando-se, mais uma vez, o monopólio do turismo.----------

------A Sra. Cristina Marreiros (LCF) referiu que subscrevem a intervenção do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda e que é um instrumento importante para que os pequenos produtores não abandonem a atividade, uma vez que não existem condições de abate devido à sua distância do matadouro mais próximo. Neste sentido, disse ser importante a existência de um matadouro regional que servirá também de apoio à economia circular, indicando o sentido de voto.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) recordou que, por diversas vezes, esta proposta foi apresentada nesta Assembleia e também na Assembleia da República, tendo inclusivamente já ocorrido reuniões com deputados parlamentares sobre o tema. Acrescentou que esta proposta corresponde a uma das reivindicações mais antigas dos criadores de gado da região, desde o encerramento do antigo matadouro por falta de condições higieno-sanitárias.----------

------O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), salientou que a construção de um novo matadouro é uma necessidade premente para o Algarve, uma vez que permitirá reduzir os custos suportados pelos criadores de gado. Sublinhou ainda que se trata de uma justa reivindicação destes profissionais e declarou o sentido de voto.----------

------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que esta questão tem igualmente impacto na salubridade e bem-estar animal, sublinhando que o transporte dos animais por centenas de quilómetros constitui um atentado à sua dignidade. Acrescentou que esta medida assume ainda maior relevância para o extremo barlavento algarvio, onde existe um número significativo de cabeças de gado, destacando a vontade dos criadores em continuar a investir neste setor.----------

------Posto isto, foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	2	2	1	1	**22**
ABSTENÇÕES	0	3	0	0	0	0	**3**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

------**DELIBERAÇÃO N.º 141/AM/2024:**
------**Aprovada**, por maioria com 22 votos a favor (16 do PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do CHEGA [Paulo Rosário], 1 do BE [David Roque]) e 3 abstenções do PSD (Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves), a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU pela construção de um Matadouro Público Regional.----------
------O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: "O Matadouro Regional é de fato um equipamento primordial para a nossa pecuária e para o bem-estar animal, na região do Algarve e também em particular em Lagos, onde temos bastantes criadores de gado que muito dependem deste equipamento. A 21 de Outubro de 2024 foi a votos na Assembleia da República um projeto-lei bem concebido e tecnicamente fundamentado para que o Governo instale um Matadouro Público na região do Algarve. Apesar da oposição do PAN e da abstenção de outos partidos como o PS, PSD e CDU, a proposta do CHEGA foi aprovada! Este equipamento é a solução que os criadores de gado da região precisam, em particular os instalados neste extremo do Algarve e por isso, apesar de o processo estar em andamento o Partido CHEGA em Lagos estará do lado dos produtores e apoiará todas as moções que reiterem esta necessidade."----------
------Foi apresentado ao Plenário, o seguinte Voto de Saudação pelo Grupo Municipal do PS: "No passado dia 15 de novembro o Município de Lagos acolheu a cerimónia do Programa "Municípios Amigos do Desporto" e "Autarquias Solidárias". Esta iniciativa promovida pela plataforma "Cidade Social" decorreu no Auditório Paços do Concelho Séc. XXI com a presença de representantes de Autarquias do Algarve e Baixo Alentejo as quais foram reconhecidas pelo seu trabalho nas áreas do desporto e ação social. O prémio de "Município Amigo do Desporto" visa valorizar as práticas adotadas pelos municípios na promoção do desporto e atividade física, assim como, o apoio e parcerias criadas com Associações Desportivas. Já o Programa "Autarquia Solidária" tem como missão o reconhecimento das autarquias que trabalham em prol da comunidade e do seu desenvolvimento sustentável e solidário, permitindo-lhes terem pessoas mais felizes nos seus territórios. Assim, na presente Cerimónia a Câmara Municipal de Lagos, viu reconhecida as suas boas práticas e a intervenção no desenvolvimento desportivo, nos resultados obtidos e na adoção de processos de melhoria contínua do Município, com a atribuição do Prémio "Município Amigo do Desporto". A este galardão juntou-se ainda o prémio de "Autarquia Solidária" reconhecendo o trabalho realizado por este Município em prol da comunidade e do seu desenvolvimento sustentável e solidário. Face ao exposto, consideramos que os galardões recebidos pela Autarquia de Lagos de "Município Amigo do Desporto" e de "Autarquia Solidária" são um reflexo do esforço coletivo e da visão de um futuro mais saudável e inclusivo para todos. Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, em sessão ordinária de 2 de dezembro de 2024, delibere: 1. Saudar o Município de Lagos e a sua Equipa Técnica pelas distinções recebidas de "Município Amigo do Desporto" e de "Autarquia Solidária", reconhecendo na atribuição destes prémios um testemunho do compromisso contínuo da autarquia em promover o desporto, a saúde e o bem-estar da comunidade, bem como em fomentar a solidariedade e o desenvolvimento sustentável; 2. Felicitar todas as Associações e Clubes Desportivos do Concelho, e seus responsáveis, reconhecendo o papel insubstituível dos mesmos no fomento e generalização da prática desportiva; 3. Enaltecer o esforço, a dedicação e o trabalho de todos os técnicos, atletas, mas também das famílias que são um pilar muito importante para o desempenho desportivo; 4. Saudar calorosamente todas as Entidades e Organizações de solidariedade social do Concelho pelo seu papel fundamental no sucesso destas iniciativas, reconhecendo que a atribuição deste galardão é um esforço conjunto entre a autarquia, as instituições e os munícipes; 5. Aprovar a presente Saudação em minuta, e o seu envio aos órgãos de comunicação social regionais e locais, aos Clubes e Associações do Concelho, bem como a publicação nos instrumentos municipais disponíveis online. Parabéns ao Município de Lagos por mais estas conquistas. Que este reconhecimento inspire ainda mais iniciativas e projetos que continuem a elevar a qualidade de vida e a coesão social no nosso Município.----------

------A Sra. Maria João Batista (PS) recordou que o Município de Lagos, há já vários anos, tem vindo a promover o bem-estar e a coesão social, desempenhando um papel fundamental na resposta às necessidades do Concelho no âmbito da ação social. Neste sentido, manifestou agrado pela atribuição dos prémios mencionados na proposta, considerando-os um justo reconhecimento. Sublinhou ainda a importância de manter o incentivo à prática desportiva, através de subsídios e apoios às associações e clubes locais. Relativamente ao prémio Autarquia Solidária, destacou que este resulta do empenho da Autarquia em prol da comunidade. Concluiu felicitando o Município pelo feito, salientando que estes prémios são fruto do esforço coletivo e da colaboração de todos.----------

------A Sra. Cristina Marreiros (LCF) considerou que a saudação apresentada deveria estar dirigida, em primeiro lugar, a todos os membros dos vários clubes e associações desportivas, em vez de se transformar num autoelogio à Câmara Municipal. Sublinhou que a Autarquia apenas cumpre o seu papel, ao disponibilizar o apoio financeiro e logístico que está ao seu alcance, devendo, por isso, ser enaltecido o trabalho das associações e clubes que, com o seu empenho, tornaram possível a atribuição deste prémio ao Município de Lagos.----------

------A Sra. Mílvia Gonçalves (PSD) referiu que o Grupo Municipal do PSD considera a saudação apresentada algo excessiva, ainda que reconheça o trabalho desenvolvido pelo Município no apoio às associações e clubes desportivos. Reforçou que o desporto é benéfico para todos e declarou o sentido de voto do seu grupo.----

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) declarou o sentido de voto e lembrou que, no Algarve, existem oito autarquias distinguidas com o mesmo galardão, pelo que Lagos não constitui um caso isolado, devendo-se, ainda assim, saudar todos os intervenientes.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), destacou que o apoio do Município aos clubes não se limita à atribuição de subsídios, mas inclui também a disponibilização de equipamentos e de ações de formação, demonstrando a efetivação de um verdadeiro trabalho em rede entre a Autarquia e os diversos agentes desportivos.----------
------Posto isto, foi colocado a votação o Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal do PS.----------
------**DELIBERAÇÃO N.º 142/AM/2024:**
------**Aprovado**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), o Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal do PS ao Município pelos prémios "Município amigo do Desporto" e "Autarquia Solidária".----------
------O Grupo Municipal do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: "O Partido CHEGA saúda a classificação como Município Amigo do Desporto, mas não deixamos de ter presente que há muito para fazer e para cuidar os eventos desportivos e apoiar os nossos clubes desportivos. Não basta haver vistosas galas e reconhecimentos institucionais. É preciso acompanhar as necessidades e o crescimento populacional. Em termos de equipamentos, nos últimos anos não foi adicionado nenhum equipamento desportivo novo, e Lagos precisa urgentemente de um novo pavilhão multiusos, um pavilhão a sério. E há muitos clubes desportivos repletos de bons atletas e que poderiam ser apoiados para ter uma sede que não têm, ou melhor apetrechar as suas condições físicas. A Própria "*Lagos Em Forma*", caso único da região de termos uma Empresa Municipal para gerir equipamentos desportivos, não pode ser apenas uma Entidade que administra espaços físicos e estacionamentos. Pode e deve recentrar-se mais na Promoção Desportiva, que aliás foi para isso que foi criada. Oxalá o executivo desperte para estas situações. O CHEGA saúda também o reconhecimento como "Autarquia Solidária", uma componente que consideramos que o Município de Lagos tem sempre a responsabilidade e dever de continuar a ser. Mas não podemos esquecer que temos dramas que na verdade têm-se agravado nos últimos anos. A pobreza habitacional, a pobreza energética, e em particular, a situação das pessoas em situação de sem abrigo que nunca esteve tão mal como agora, com um agravamento de 80% no número de casos em relação a 2019. Também os cuidadores informais continuam sem respostas ou apoios reais. No passado dia 10 de Outubro foi novamente dia Mundial da Saúde Mental e umas semanas antes foi o Dia Mundial da Doença de Alzheimer, que em Lagos são temas que continuam sem resposta real, sem um centro especializado, sem equipas de apoio aos cuidadores. Amanhã celebra-se o dia Internacional das pessoas com deficiência e as famílias continuam a ter que fazer peditórios para custear tratamentos essenciais. Lagos é capaz de fazer melhor e tem

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

que fazer melhor. Que estes prémios que agora saudamos, sirvam para mais responsabilizar o município para uma ação mais direta, de apoio e de esperança para todos."----------

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da LCF: "Considerando que: Os regulamentos são normas ou regras aprovadas ao abrigo da atividade administrativa, definidas no artigo 135.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA) como "normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de poderes administrativos, visam produzir efeitos jurídicos externos", ou seja, detalhar, complementar e orientar a aplicação das leis. No caso dos Municípios, cabe à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos, propostos pelo executivo municipal, para melhor exercício das diversas áreas de ação dos serviços prestados e seus utilizadores. Tem a Câmara Municipal de Lagos sessenta e dois Regulamentos disponíveis ao consumidor. No entanto, desses, pelo menos vinte e seis, têm dez ou mais anos, sem atualização, o que nos parece desaconselhado para o bom funcionamento das atividades visadas, existindo até duplicações sem sentido. Face ao exposto, os eleitos de Lagos com Futuro propõem que a Assembleia Municipal, reunida em 2 de dezembro de 2024, delibere solicitar ao Executivo Municipal: 1. Revisão dos regulamentos mais antigos e consequente atualização face às novas vivências; 2. Remoção dos regulamentos antigos, que entretanto foram atualizados por outros mais abrangentes; Mais e melhor fiscalização para que os regulamentos cumpram os seus propósitos."----------

------A Sra. Mílvia Gonçalves (PSD) referiu que os regulamentos atuais se encontram obsoletos face às necessidades atuais e devem ser revistos, indicando o sentido de voto.----------

------O Sr. Presidente da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) informou que a Câmara Municipal já se está a preparar para esta revisão com a criação de um procedimento concursal para o efeito e indicou o sentido de voto.-----

------Posto isto, foi colocada a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da LCF, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	2	2	1	1	**9**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	**0**
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	0	0	**16**

------**DELIBERAÇÃO N.º 143/AM/2024:**

------**Reprovada**, por maioria com 16 votos contra do PS (Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada) e 9 votos a favor (3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do CHEGA [Paulo Rosário], 1 do BE [David Roque]), a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da LCF sobre a Atualização e Fiscalização dos Regulamentos Municipais.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da LCF: "Não é só falar das calamidades que os incêndios provocam quando a combustão é propicia à sua propagação. Daí, e muito bem, existirem leis que alertam e devem ser cumpridas para que isso não deva acontecer. Mas, não obstante, e num ponto de vista contrário a tais consequências, as cheias também são causadoras de grandes calamidades tanto humanas como ambientais. Assim, e mais uma vez, há que agir criando e desenvolvendo estruturas para colmatar tais riscos. A Barragem da Bravura, foi construída numa área de cerca de 77 Kms e, em alguns anos subsequentes, devido ao facto de se verificar uma elevada precipitação, levou a que a albufeira ali criada chegasse à sua quota máxima. Atendendo àquelas situações, aquando da necessidade de abrir as comportas para descarga, a fim de libertar para o exterior o excesso de água ali existente, coloca-se a questão de saber se o leito da ribeira tem sido mantido nas melhores condições para que esse caudal líquido ecloda com normalidade no leito da Ribeira de Odiáxere perfazendo cerca de 6,5 Kms até desaguar no rio de Alvor. O mesmo também acontece com a Ribeira de Bensafrim, ao longo de cerca de 15 Km. Ora, o que se tem verificado é que, mesmo com alguns cuidados em épocas de pluviosidade mais intensa as águas do caudal, nas zonas mais baixas, chegaram a sair do leito da ribeira inundando os campos, destruindo aquilo por onde passava e impedindo o acesso de circulação em algumas pontes. Na verdade, não nos devemos focar na situação atual em que a barragem se encontra porque as movimentações climatéricas, de um momento para o outro tudo, podem alterar-se com efeitos extremos de pluviosidade intensa, embora de curta duração. Disso são exemplo as cheias que muito recentemente ocorrerem em determinadas zonas, tanto em Portugal como noutros países. Perante tais situações é necessário executar trabalhos para que o caudal das águas libertadas e as que se vão juntando ao longo de todo esse percurso fluam livremente. Assim, e para que isso aconteça com mais rigor é necessário proceder à limpeza de vegetação obstrutiva nas duas margens da ribeira e, se for necessário, o desassoreamento em algumas zonas. É preciso prevenir e proceder à manutenção das limpezas, tanto na ribeira como nas valas condutoras de água das chuvas, uma vez que nos últimos anos este trabalho não tem sido realizado e o que todos pretendemos, e queremos, é evitar episódios severos e com consequências destrutivas. Também, a propósito das preocupações neste âmbito, foi recentemente aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara, uma moção apresentada pela CDU, tendo em vista a monitorização da qualidade da água que passa pelo leito das ribeiras, em particular na Ribeira de Bensafrim. Face ao exposto, os eleitos de Lagos com Futuro propõem que a Assembleia Municipal, reunida em 2 de dezembro de 2024, delibere solicitar ao Executivo Municipal: 1. Promover as medidas de manutenção e limpezas necessárias ao bom funcionamento dos leitos das duas Ribeiras, providenciando o contacto com as entidades competentes, e com responsabilidades diretas e indiretas nesta matéria, Ministério do Ambiente, CCDR e a própria CML; 2. Dar cumprimento à moção proposta pela CDU, e aprovada por unanimidade, relativamente à monitorização da qualidade da água que passa pelo leito das ribeiras; Dar conhecimento do teor desta moção aos órgãos de comunicação social."----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. Márcio Viegas (PS) referiu que, esta proposta, demonstra algum desconhecimento da realidade e de rigor. Informou que a ribeira foi limpa em Bensafrim, bem como em todo o Concelho e indicou o sentido de voto.----------
------Posto isto, foi colocada a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da LCF, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	2	2	1	1	**9**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	**0**
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	0	0	**16**

------**DELIBERAÇÃO N.º 144/AM/2024:**
------**Reprovada**, por maioria com 16 votos contra do PS (Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada) e 9 votos a favor (3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do CHEGA [Paulo Rosário], 1 do BE [David Roque]) a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da LCF sobre a Manutenção e Limpeza das Ribeiras de Bensafrim e Odiáxere.----------
------**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 1 minuto, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 21 minutos.----------
------**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**
------O Sr. José Manuel Freire (CDU) sugeriu que, caso houvesse tempo para fazer outros pontos, deixar-se o Ponto 2 - Informação escrita do Presidente acerca da Atividade do Município, para o primeiro ponto a tratar na 2.ª Reunião desta Sessão.-
------Posto isto, foi colocada a votação a Ordem do Dia.----------
------**DELIBERAÇÃO N.º 145/AM/2024:**
------**Aprovada**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], CHEGA [Paulo Rosário], BE [David Roque]), a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.----------
------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**
------**PONTO 1 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DE ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2025:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

sob o número D-690-27.----------
------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que este documento assenta em quatro eixos estratégicos, nos quais se destacam a habitação, as escolas, a saúde, a água e o setor empresarial. Sublinhou que se trata de um orçamento equilibrado, recordando que o Município cobra em impostos e taxas o mínimo possível, procurando, ainda assim, investir em toda a população residente e não residente. Destacou que, apesar de serem praticadas as taxas mínimas, mantém-se uma gestão rigorosa. Informou que este orçamento ultrapassará os 125.000.000,00 € (cento e vinte e cinco milhões de euros), com a integração do saldo do ano corrente. Acrescentou que o Município está a realizar obras com o objetivo de se afirmar em várias áreas. Explicou que este orçamento permitirá continuar a investir nos diversos projetos, que naturalmente exigem tempo, mas considera que agora já existem condições para concretizar o investimento previsto no PPI.----------
------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte intervenção: "O Sr. Presidente que tem o pelouro das contas da autarquia desde 2013 deve estar bastante satisfeito pela condição financeira em que o município se encontra. Enquanto o país cresce 2 % ao ano, o orçamento de Lagos cresce mais de 20% ao ano. Só que esta abundância não é obra de qualquer Ronaldo das finanças que cativou o INEM e todos os serviços públicos, ou de qualquer Mago das finanças como há cem anos atrás. Não. Nós podemos ter bons técnicos e contabilistas na Câmara como o Sr. Presidente, mas sabemos que se a Câmara Municipal de Lagos tem batido todos os recordes de orçamento disponível esse facto deve-se sobretudo aos recordes absolutos de recolha de impostos de IMI e sobretudo de IMT que têm sustentado a maior parte da nossa receita corrente. Não fosse a atividade de compra e venda de casas e Lagos ainda teria o orçamento de 2015. Se desde que o atual presidente é presidente, o orçamento da Câmara de Lagos já duplicou, porque é que o investimento Municipal continua sem aumentar. As despesas com pessoal até acompanham o crescimento, mas a execução dos investimentos fica aquém. Veja-se o caso da habitação. O Município de Lagos tem tido orçamentos muito superiores ao de Portimão ou Faro, mas ao contrário destes o investimento na sua estratégia local de habitação não tem tido impacto. Enquanto Faro ou Portimão CONSTRÓIEM fogos habitacionais às 2 centenas cada um, com tudo já atribuído, e no caso de Faro já uma centena de famílias a residir, Lagos não conseguiu ainda ter sequer duas dezenas de fogos novos com chaves entregues. E é um facto que a todos nos entristece que o atual Presidente da Câmara, em exercício faz mais de 5 anos, é o presidente que tem o menor rácio de casas construídas de entre todos os presidentes que já passaram pela Câmara de Lagos. É mesmo um motivo de embaraço. - Talvez por isso, a entrega dos apartamentos sociais este ano não tenha sequer sido anunciado ou inaugurado. - E talvez por isso as inscrições para Habitação Municipal estejam encerradas há meses no site da Câmara. O Partido CHEGA! Entende que este executivo socialista deve ser responsabilizado pela falta de antecipação, de reação e ação para colocar casas acessíveis ao dispor dos nossos munícipes. Só por isso deveria pedir desculpa aos lacobrigenses. E o Partido

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

CHEGA! Entende que nestes anos todos esta equipa socialista que não pede desculpa mas repete desculpas, já provou que também não tem capacidade para recuperar esse tempo perdido. Estão viciados em não executar. O mesmo acontece com o não querer construir uma nova escola EB 2,3 quando todos os outros agentes educativos sabem que já deveria estar planeada e em execução. É triste este paradoxo, em que é precisamente no tempo das vacas mais gordas, no tempo em que Lagos tem tido as melhores receitas e os maiores orçamentos, que a Câmara de Lagos mais falha no investimento estrutural. Isto faz-nos pensar se estaremos mesmo mais à frente ou se estamos a ficar todos para trás. Veja-se bem. Estamos em Dezembro 2024, e não há uma única obra municipal estruturante em curso no concelho. A última obra iniciada que se viu ser promovida pelo Sr. Presidente foram os hotéis privados junto à Estação As únicas obras que se vêm ou se promovem, são realmente particulares. Haja alguém que faça obra. Mas onde estão as obras municipais a decorrer? Nunca esta Câmara teve tanto funcionário, e se todos nós na oposição nos queixamos da fraca execução orçamental deste executivo, no dia de hoje quase podemos dizer que a Câmara Municipal fechou para férias! Onde está o resultado dos excedentes orçamentais? Que benefícios sentem os lacobrigenses por estarmos a recolher o dobro dos impostos? Certamente que em período eleitoral o cenário será diferente. Como habitualmente, haverá betão, alcatrão e tinta para espalhar com fartura. Mas é bom que as pessoas saibam que uma boa Câmara Municipal não é apenas uma Câmara capaz de recolher impostos, pagar vencimentos e inaugurar obras dos outros. Tem que ser uma Câmara que tenha uma ação impactante na resolução dos problemas do Concelho, na condução das políticas públicas e no desenvolvimento da nossa Cidade. Sabemos que na reunião de Câmara este orçamento contou com a viabilização do PCP e do PSD, mas nós somos fiéis ao nosso papel de oposição e obviamente votaremos Contra. Disse."----------

------A Sra. Dina Cintra (PS) destacou o investimento no parque escolar, nomeadamente, na ampliação, apetrechamento e conservação das várias escolas assegurando-se a gestão e o funcionamento das mesmas. Referiu que irá ser investido, no âmbito da Educação, cerca de 25.000.000,00 € (vinte e cinco milhões de euros) distribuídos por vários projetos, enumerando-os. Salientou que todas as medidas referidas no orçamento são a combinação das medidas propostas pelos vários Grupos Municipais prevendo-se desta forma, um investimento muito grande na Educação.----------

------A Sra. Cristina Marreiros (LCF) começou por congratular os técnicos que elaboraram o documento, que é bastante ambicioso e, certamente, não é apenas para o ano de 2025, mas sim para os próximos quatro anos, questionando se é o programa eleitoral para o próximo mandato. Questionou se este orçamento irá seguir o mesmo trajeto dos anteriores sendo executado pouco acima dos 20%. Referiu que este documento peca pela falta de documentação a explicar como os projetos estão orçamentados. Neste documento verifica-se que a habitação continua a ser uma das situações mais importantes, no entanto, terá de haver uma grande intervenção por parte do Município, uma vez que há cerca de 1800 famílias e, nestes últimos anos, tem-se verificado que o que foi feito está muito aquém das necessidades. Relativamente ao apoio à juventude, lembrou que este apoio também

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

passa pela habitação uma vez que o Município carece de mão de obra especializada e, só com a habitação, pode fixar-se no Concelho. Sobre a segurança lembrou que Portugal é o sexto país mais seguro do mundo, no entanto, já tivemos melhor posicionados. Relativamente ao reforço da igualdade social disse ser necessária a requalificação do ambiente urbano e, pelo que verificaram nas Grandes Opções do Plano, as medidas não são claras. Disse que à montantes elevados que não estão devidamente explicados no que são gastos, dando exemplos. Felicitou por finalmente se estar a intervir em várias escolas e lembrou que o pré-escolar continua esquecido e salientou que existem vários projetos onde não à a certeza de se iniciarem em 2025.----------

------A Sra. Manuela Rodrigues (PS) referiu que este documento está elaborado de forma a que as metas sejam alcançáveis. No caso da Estratégia Local da Habitação, este orçamento, faz toda a diferença no planeamento das ações de forma a se conseguir atingir os objetivos e, sendo uma área bastante complexa, está descrito no documento que há bastantes dificuldades na contratação das empreitadas uma vez que nem sempre corre tudo bem. E apesar desta estratégia que orienta as medidas a tomar, tem que se ter em conta os lotes de autoconstrução e a possível reorganização das cooperativas, que permitiu o alívio desta situação crítica. Referiu ainda que em 2025 a Estratégia Local de Habitação irá ter a sua continuidade, prevendo-se a segunda fase da atribuição de fogos no arrendamento apoiado e acessível no âmbito do Programa Primeiro Direito. Desta forma lembrou que estavam previstas as atribuições de um prédio de doze fogos em Lagos e outro adicional, de doze fogos, na cerca do cemitério, em Lagos, e de um de seis fogos em Barão de São João. Lembrou que estavam a decorrer os procedimentos para a construção de vários fogos distribuídos por várias zonas do Concelho e, se tudo correr bem, iniciarão as obras para a construção de cento e quatro fogos adicionais para a CHESGAL. Relativamente à gestão eficiente da habitação municipal referiu que a Câmara Municipal tem previsto a distribuição de livros com os direitos e deveres das famílias apoiadas para que todos aprendam a preservar as suas habitações e que evitem comportamentos desadequados, tendo tudo isto um encargo acrescido. Sobre a habitação no Centro Histórico referiu que está a ser estruturado o programa para a reabitação do Centro Histórico, sendo uma situação complicada, uma vez que os proprietários não se entendem, no entanto o Município está a fazer tudo, ao seu alcance, para que a situação se resolva e finaliza com a informação de se estar a tentar implementar a Carta Municipal da Habitação para que tudo se resolva de forma célere.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) indicou o sentido de voto e lembrou que das propostas que apresentaram, todas passaram, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, mas no entanto muitas dessas propostas não foram incluídas no Plano e Orçamento. Lembrou que neste mandato apenas foram entregues dezassete fogos. Neste documento verifica-se que aparecem vários números de obra a fazer no próximo ano e, no entanto, segundo as informações do presidente, chega-se à conclusão que, muito provavelmente, nenhum dos fogos previstos estará pronto durante o próximo ano, situação esta que se vem a arrastar acerca de oito anos,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

dando exemplos. Sobre a ampliação da Escola das Naus referiu que também já se arrasta há algum tempo e o prazo previsto para a obra estar concluída ronda os dois anos. Sobre o pré-escolar referiu que todos os anos se verifica a inexistência de vagas para todas as crianças, verificando-se que, só este ano, ficaram mais de cento sessenta crianças de fora, devendo-se construir mais salas de aula para resolver este problema, que, teimosamente, não está previsto no Plano e Orçamento e rematou que, por muito que se debata sobre este assunto, esta proposta não será alterada.-----

------O Sr. David Roque (BE) referiu que este orçamento demonstra uma situação mais política do que económica e que se deve travar o crescimento do populismo verificado por toda a Europa, o que, muitas vezes, acontece pela inação verificada, dando exemplos. Lembrou que o Município de Lagos é dos Municípios que é mais caro para se viver e que se deve compensar as dificuldades, como a habitação, problema este que tem vindo a defraudar as expetativas das pessoas por não passarem dos planos. Lembrou que o problema da habitação é um problema premente e deve-se lidar de forma extraordinária, o que não se verifica. Lembrou que os orçamentos têm tido uma baixa taxa de execução, levando a que os problemas se vão acumulando e, na verdade, continuem por se resolver. Lembrou que os lacobrigenses merecem uma melhor qualidade de vida. Sobre o Turismo disse que se deveria repensar na taxa turística para que os problemas relacionados com o setor possam ser resolvidos e que se torna um problema uma vês que vem inflacionar os preços provocando um aumento do custo de vida da população, devendo-se, por isso, refletir sobre isto para se mitigar os efeitos do turismo. Relativamente ao ensino pré-escolar, referiu que a falta de vagas é um problema uma vez que, caso as pessoas não tenham onde deixar as crianças, têm que deixar de trabalhar para tomar conta dos filhos, gerando situações de pobreza. Relativamente ao património disse que ainda á muito por classificar para que haja uma defesa do património mais intransigente que se torna diferenciador dos restantes Municípios turísticos do Algarve.----------

------O Sr. José Guerreiro (PS) referiu que este orçamento traduz os objetivos definidos para o atual mandato, assegurando a continuidade dos projetos e investimentos anteriores, ao mesmo tempo que proporciona novas iniciativas. Sublinhou que, no rigor das contas municipais, a política orçamental, económica, financeira e fiscal do Município para 2025 e anos seguintes mantém-se orientada para aumentar a execução do investimento previsto, controlando os custos estruturais e apostando na captação de fundos comunitários, sem descurar os fatores externos. Informou que o orçamento apresenta um valor global de cerca de 124.000.000,00 € (cento e vinte e quatro milhões de euros), sendo um orçamento equilibrado, no qual as receitas superam as despesas em aproximadamente 13.000.000,00 € (treze milhões de euros). Enumerou os principais investimentos previstos para 2025 e salientou que todo o investimento é viabilizado pela arrecadação dos impostos, designadamente IMI e IMT, que se mantêm nos valores mínimos. Destacou ainda o trabalho dos técnicos do Município, cujo empenho tem permitido captar fundos comunitários que tornam possíveis diversos investimentos.-

------O Sr. José Reis (PSD) destacou que este orçamento mantém o investimento na habitação, uma carência que afeta várias classes sociais, e que a Estratégia Local de

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Habitação prevê verbas destinadas a mitigar este problema. Referiu que, embora concordem com o documento apresentado, discordam da forma como tem sido executado. Recordou ainda que o seu vereador apresentou algumas propostas que foram aceites, tendo indicado o sentido de voto.----------

------A Sra. Maria João Batista (PS) afirmou que o documento apresentado tem uma visão progressista, assente em linhas promissoras, e representa um compromisso claro na área da ação social, encontrando respostas para as novas realidades. Sublinhou que o CLAIM continua a apoiar os migrantes em várias áreas e que, neste Plano e Orçamento, se reflete também uma visão inclusiva, com a intenção de alargar o número de serviços de apoio à imigração. Congratulou o Município pela inauguração da primeira loja da AIMA, que vem prestar auxílio aos migrantes no processo de legalização, entre outros assuntos, evidenciando uma intervenção de âmbito nacional.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, recordou que o Orçamento Anual, as Grandes Opções do Plano e o PPI são documentos de execução plurianual, permitindo, dessa forma, a definição de uma estratégia consistente. Relativamente à Escola das Naus, informou que, no dia 4 de dezembro de 2024, iria à Reunião de Câmara a ratificação da ampliação daquele estabelecimento, com vista à abertura do concurso público para uma empreitada no valor de 12.000.000,00 € (doze milhões de euros), esperando-se que a obra seja adjudicada. Recordou que este projeto tem cerca de dois anos e que, em cumprimento do Código da Contratação Pública, foi necessário proceder à revisão do mesmo através de uma equipa especializada contratada para o efeito. Sublinhou que o projeto tem decorrido de forma satisfatória, frisando que, por vezes, projetos de menor dimensão demoram mais tempo até estarem prontos para a fase de execução. Esclareceu, contudo, que houve dificuldades relacionadas com o financiamento, que esteve em risco, mas que, após quatro semanas de discussão, foi possível assegurar um reforço dos fundos comunitários, permitindo a manutenção da ampliação da Escola das Naus. Assim, o projeto será levado a ratificação na Reunião de Câmara de 4 de dezembro de 2024. Sobre a Habitação, lembrou as palavras do Presidente da ANMP, que referiu que a maioria dos concursos para a construção de habitação ficava deserta, constituindo um problema que tem atrasado os projetos em vários Municípios. Referiu, ainda, que já existem mais dois concursos adjudicados, prevendo-se o arranque das respetivas obras entre o final do ano e o início do próximo, encontrando-se em revisão os valores dos restantes concursos, de forma a atrair concorrentes. Relativamente à Estratégia Local de Habitação, informou que está concluída, mas ainda a aguardar tramitação. Quanto aos novos fogos da CHESGAL, referiu que está praticamente tudo pronto para se lançar o concurso da empreitada. Sobre o terreno adquirido, informou que já se encontra realizado o estudo prévio, estando em preparação o concurso público para a fase de projeto. Por fim, sobre a classificação do património, salientou que, antes de se proceder à classificação, é necessária a sua reabilitação, uma vez que, por vezes, a classificação pode impedir futuras intervenções. Exemplificou com o caso da Ponta da Piedade, onde apenas após a conclusão da última fase do projeto se procederá à

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

classificação da zona.----------
------Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Um da Ordem do Dia, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	0	0	**16**
ABSTENÇÕES	0	3	2	0	0	1	**6**
VOTOS CONTRA	0	0	0	2	1	0	**3**

------**DELIBERAÇÃO N.º 146/AM/2024**:
------**Deliberado**, por maioria com 16 votos a favor do PS (Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada), 3 votos contra (2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do CHEGA [Paulo Rosário]) e 6 abstenções (3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 1 do BE [David Roque]), aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2025, que inclui a apresentação dos objetivos estratégicos por eixos de desenvolvimento para o Município de Lagos, o Plano Plurianual de Investimentos, as Atividades Mais Relevantes e os anexos conforme o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais; o Mapa de Repartição de Encargos; o Orçamento Municipal para o ano económico de 2025, no montante de 124 406 400,00€ (cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e seis mil e quatrocentos euros); o Mapa de Pessoal e o Plano de Formação. Tudo isto nos termos do disposto na alínea a) e o) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 26 de novembro de 2024.----------
------O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: "Todos os anos somos levados a refletir sobre os destinos do nosso Município, os objetivos e as condições económico-financeiras inerentes às metas que queremos atingir. Mais uma vez, enquanto membros da Assembleia Municipal pelo movimento Lagos Com Futuro, continuamos a apresentar algumas propostas, e pedidos de esclarecimento sobre algumas rubricas inscritas nas PPI, sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento 2025. O reforço e o prestígio do poder local só se constroem plenamente em ambiente democrático, respeitando a oposição como forma de respeitar os eleitores que nela depositaram a sua confiança. Neste sentido, todos somos Lacobrigenses e todos procuramos o melhor para a comunidade. É sinónimo de inteligência ouvir, discutir, valorizar e efetivar as propostas de outros quando se revelam benéficas para o coletivo. E não se trata apenas de cumprir o protocolo legal convidando as forças políticas a pronunciarem-se um ou dois meses antes da votação destes documentos quando na verdade estes já estão praticamente fechados. Trata-se sim de uma verdadeira e séria prática democrática chamando as forças políticas a trabalhar no próprio documento ao longo do seu processo de construção.

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

E isto não tem acontecido, infelizmente. É nossa opinião que a gestão política camarária, de que o Sr. Presidente é o representante máximo, tem usufruído de uma oposição construtiva nos últimos anos, que tem vindo a apresentar propostas, recomendações, sugestões e análises críticas construtivas, nos diferentes órgãos autárquicos no sentido de melhorar a vida da comunidade e o ambiente político, dando uma imagem institucional de maior credibilidade. Para a comunidade, o desafio agrupa-se na necessidade de as autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mudança. As autarquias devem conhecer os seus próprios pontos fracos e fortes, as suas oportunidades, ameaças (através da realização de uma análise SWOT), de forma a que possam traçar um plano de ação destinado a "vender" a sua imagem e os seus produtos de qualidade. Isto significa uma mudança radical de comportamento. Por outro lado, cada vez mais, os habitantes participam na "vida" do município, pelo que emergem movimentos de cidadania, procurando ajudar e cooperar na criação de soluções para o desenvolvimento autárquico. O que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, prestado com eficiência, eficácia e economicidade e aceite pelos munícipes. As autarquias têm de ser reinventadas. As organizações que serviram no passado encontram-se hoje, em geral, com necessidade de serem repensadas estrategicamente. Os executivos/partidos eleitos nos últimos anos não podem continuar a ter uma conduta política orientada, sobretudo, para a sua auto preservação no poder, como forma de investirem mais em si próprios do que no interesse publico. Há novas missões, novos desafios que obrigam os líderes a pôr em causa os processos e as estruturas organizacionais tradicionais e anacrónicas. Nesse sentido, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento assumem uma importância acrescida no sentido de ser iniciado o processo de "mudança" através da assunção de um olhar novo e diferente perante os problemas que se apresentam a uma autarquia na atualidade, na aldeia global em que vivemos, num mundo em constante mutação e onde todos "competem" entre si, inclusive as autarquias. Grandes Opções do Plano e Orçamento 1. As Grandes Opções do Plano e Orçamento são os documentos mais importantes da vida da autarquia e são elaborados pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, com instruções e orientações políticas. Algumas sugestões e críticas construtivas aqui apresentadas aos documentos, não têm cariz redutor, mas têm como objetivo único o de contribuir para melhorar as matérias autárquicas em apreço, nomeadamente a sua redação e, consequentemente, as estratégias nelas contidas bem como a otimização da sua operacionalidade. No entanto temos a plena convicção que estes documentos são apenas e só inspirados no programa eleitoral do PS. A abertura às propostas da oposição é mínima, se não mesmo nula ao longo dos anos, tratando-se de um modus operandi, para desvalorizar e diminuir as forças na oposição; 2. O orçamento apresentado, para o Município de Lagos, atinge um valor de 124 406 400 euros**,** um aumento superior em cerca de 27%, face ao ano de 2024**,** é o que é proposto para o ano de 2025, a que se irá somar, mais tarde, o resultado da gerência do exercício de 2024; 3. Constata-se que a arrecadação de impostos, principalmente com o IMT, tem vindo a ser mais significativo desde o ano

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

de 2013/2014, atingido já valores superiores a 30 milhões de euros, e para 2025, estima-se que sejam arrecadados mais de 29 milhões de euros. Verbas significativas, mas um imposto de cobrança variável, que pode, à imagem da última crise de 2008, fazer descer este imposto para valores residuais, caso aconteça nova crise, o que pode criar constrangimentos graves, na gestão camarária, dados os valores dos custos fixos, que a autarquia possui e que tem que os pagar independentemente das cobranças de IMT descerem para valores proibitivos em consequência de uma crise ou de acontecimentos inesperados, que atinja a nossa economia. Deveria existir alguma prudência na assunção de despesas fixas, nomeadamente na assunção do aumento das despesas fixas, ano após ano; 4. Verifica-se um aumento muito significativo das receitas municipais, por via da arrecadação de impostos, desde 2014, com o qual nos devemos congratular. Um orçamento significativo a nível regional (deverá ser o segundo maior orçamento a nível regional) e mesmo a nível nacional, para autarquias com a dimensão da nossa. Somos uma autarquia rica, e ainda bem, e, nestas condições, teremos que saber investir bem o dinheiro; 5. Temos conseguido este excelente desempenho, por força do aumento da arrecadação de impostos nos últimos anos e não pela gestão camarária, concretizada pelo denominado Executivo em Permanência, do partido socialista; 6. Na leitura do Documento das Grandes Opções do Plano, consideramos que existiu a intenção de lançar uma rede vasta sobre muitas matérias Municipais, que certamente será de todo impossível concretizar e que implicará, uma vez mais, uma fraca execução orçamental, à imagem do que tem acontecido nos últimos anos e muito provavelmente também acontecerá no ano de 2025. No entanto, muito ficou por considerar, nomeadamente propostas e moções que foram apresentadas por Lagos Com Futuro e votadas por unanimidade, em mandatos anteriores na Câmara e também na Assembleia Municipal, mas que nunca constaram nas Grandes Opções do Plano nem no Orçamento; 7. Em nossa opinião não se trata de lapso ou esquecimento, mas sim, de uma estratégia, que consiste em minimizar o valor do trabalho da oposição, porque não nos parece que seja só a nossa força política a sofrer com esta forma de atuar, mas também outras forças políticas, o que é, sem dúvida, inaceitável em Democracia; 8. Em nossa opinião, o documento das Grandes Opções do Plano contempla intenções de investimento com propostas, que serão impossíveis de executar num mandato autárquico, talvez num espaço temporal de 2/3 mandatos, seria possível executar as intenções redigidas no documento; 9. Pese embora considerarmos, que são descritas neste documento, muitas propostas que poderão, algumas delas, serem exequíveis, muitas são meras virtualidades, que ficam certamente bem para quem lê o documento, mas que, lido e analisado aprofundadamente, e na sua íntegra, facilmente se conclui que dificilmente essas propostas serão implementadas, o que aliás tem sido provado com as baixas taxas de execução orçamental verificadas, desde o ano de 2013; 10. Não esqueçamos que este documento é intitulado as GOP e o Orçamento para 2025, e não para um espaço temporal de 2/3 mandatos, porque é realmente o que parece, dada a extensão das GOP e o número de intenções/propostas, sem existir correspondência nas verbas do orçamento, mas que ano após ano o executivo do PS continua a colocar em prática, de forma incorreta; 11. Assim fica por explicar para o ano de 2025, como é

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

que os objetivos definidos no documento das GOP, irão ser concretizados em termos financeiros e quais as diversas rubricas do orçamento, onde vão ser alocados esses gastos. Não basta referir que vamos concretizar um conjunto de situações sem as quantificarmos, aguardando para ver se é possível integrá-los no orçamento. Em resumo, não é compreensível a forma como se quantificam os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano bem como o transporte desses montantes para o Orçamento, os quais deveriam estar umbilicalmente ligados. Não existindo correspondência entre ambos os documentos, facilmente se constata, que o documento das GOP é apenas um documento falacioso, refletindo neste caso falta de seriedade política, porque nunca irá ser concretizado no ano de 2025. Basta lembrar a promessa dos 400 fogos a custos acessíveis prometidos na última campanha eleitoral pelo PS e que na verdade acabar por ser 20 ou 30 no final do mandato; 12. Aliás, este documento deveria ser redigido de maneira, que a sua forma e o seu conteúdo fosse acessível, na sua compreensão, a qualquer cidadão com inteligência funcional, que fosse capaz de o ler, interpretar e compreender o descritivo (GOP) com o amontoado de verbas inscritas no orçamento e a relação entre ambos os documentos. Contudo, temos a certeza que estes documentos, que deveriam ser transparentes e compreensíveis, foram construídos segundo orientações políticas, para complicar e acabam por ser um documento confuso e disfuncional, um autêntico quebra-cabeças para qualquer cidadão e para a grande maioria dos eleitos locais em que também nos incluímos; 13. Por cada medida definida nas GOP deveria ser identificada qual a rubrica do orçamento correspondente. E deveria existir uma correspondência entre o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento, que também não conseguimos descortinar, e esta é uma doença de muitos anos, que ainda não foi curada e carece de "medicação urgente"; 14. Estes dois documentos, as GOP e o Orçamento, que inclui as PPI, deveriam ser dois irmãos gémeos, mas quem os lê não encontra qualquer ligação que seja compreensível entre ambos. Atenda-se aos pontos seguintes; 15. Objetivo Estratégico 01 – Aumentar e Reabilitar a Oferta Habitacional do Município, são referidos os objetivos que a autarquia pretende fazer na área da oferta habitacional. Só agora, passados que são muitos anos sobre a identificação de um problema que aflige o Município, finalmente a Autarquia começa a dar passos para tentar resolver este grave problema social, que tanto tem afetado os nossos Munícipes, por falta de investimento, quer público, quer privado, na construção de fogos, para compra a preços controlados e fogos para habitação social e ainda fogos para arrendamento. Tudo isto, devido à falta de uma visão estratégica dos gestores políticos da nossa autarquia, que durante muitos anos não se preocuparam com estas situações; 16. Por consequência do desinteresse em construir habitação municipal, estão inscritas quase 1 800 famílias na câmara municipal, que desejam arrendar fogos municipais, dado que não existem disponíveis no mercado, situação que é bastante caótica. Os fogos anunciados nos últimos anos, para construção municipal não têm sido construídos. Os que foram entregues são residuais face às necessidades reais das pessoas; 17. Conclui-se também que a promessa eleitoral dos 400 fogos, realizada pelo PS, na última campanha eleitoral de 2021, através de um cartaz enorme na

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

rotunda Espiche (estão lembrados?) foi apenas mais uma promessa enganosa, difundida para confundir e enganar o eleitorado e que não foi concretizada neste mandato, nem sequer no próximo, caso as mesmas pessoas continuem a ter a mesma inação política. Palavras e ações em perfeita contradição. Os factos assim o provam; 18. Ainda assim, pensamos que os fogos anunciados em 2021, são claramente insuficientes para resolver a situação de falta de habitação municipal, para venda a custos controlados e para arrendamento; 19. Lagos com Futuro considera que o problema da habitação em Lagos deve ser encarado com uma maior celeridade e seriedade, como uma prioridade estratégica para a sustentabilidade social e humana do Concelho. Nos próximos 10/12 anos, a Câmara deve definir um plano orçamental ambicioso e rigoroso nesta área tão sensível de forma a dar uma resposta robusta a este problema, uma bandeira fantasiosa usada pelo PS para ganhar as eleições, através de falsas promessas eleitoralistas; 20. Reforçar o apoio à Juventude, passa também por ter uma política de habitação Municipal, que realize uma oferta de fogos para os jovens que hoje são obrigados a viver na casa dos pais até aos 35/40 anos de idade, por impossibilidade de adquirirem um imóvel para habitação própria para constituírem família, devido aos preços proibitivos que se praticam no nosso Município na venda de imóveis para habitação, agravada com a não concessão de empréstimos bancários para este fim, devido aos baixos salários versus preços da habitação, em que os Bancos, de uma forma implacável, aplicam os indicadores das taxas de esforço das famílias, para inviabilizarem os empréstimos; 21. A autarquia tem o poder para agir no ordenamento do território e deve fazê-lo de forma a contemplar terrenos em zonas no nosso Concelho, onde a construção de fogos a custos controlados sejam um imperativo; 22. Não podemos continuar a cruzar os braços sobre este assunto, porque esta problemática já tem mais de duas décadas e vai-se agravando de ano para ano, sem que nada seja realizado de uma forma robusta, sustentada e credível; 23. Muitos jovens têm procurado em concelhos vizinhos fogos para habitação, para comprar e alugar. Outros pura e simplesmente imigram e outros ainda procuram emprego em cidades como Lisboa, o que, em qualquer dos casos, conduz a um êxodo significativo da população jovem, que muito prejudica o futuro socioeconómico do nosso concelho; 24. Sobre o tema da Segurança, consideramos que o Sr. Presidente deverá insistir junto do governo central o reforço do número de polícias para Lagos, dado que o número de efetivos são claramente insuficientes e abaixo dos rácios nacionais, tendo em conta o número de habitantes; 25. Ainda Relativamente à Segurança, realizou o nosso ex-vereador Luís Barroso, em conjunto com o ex. vereador do PSD, Nuno Serafim uma proposta designada "Valorização do Bombeiro Lacobrigense", deliberada por unanimidade em 27-11-2019, há mais de 5 anos atrás, que não foi ainda concretizada; 26. Recordamos que a proposta, aprovada por unanimidade, consistia na isenção aos Bombeiros de Lagos do pagamento da Taxa Municipal de Disponibilidade da água, dar acesso gratuito aos serviços de ginásio e Piscinas Municipais e a isenção do IMI, um prémio pequeno para quem arrisca a vida em prol de todos nós; 27. Quando os gestores políticos não valorizam nem respeitam o corpo de bombeiros, homens que arriscam a vida pela segurança dos cidadãos, lembrando ainda que o atual Vice-Presidente da câmara, era o então comandante

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

dos Bombeiros, à data da aprovação da proposta, não se tendo envolvido para concretizar esta causa, então que cada um retire as ilações sobre esta matéria; 28. Relativamente ao Reforço da Igualdade Social é necessário outro tipo de medidas como a atração de investimentos e investidores no Município de Lagos, no sentido de se criar mais riqueza e postos de trabalho em quantidade e qualidade, de forma a retirar as pessoas das dificuldades sociais e económicas que hoje existem. Desta forma também não seriam necessários tantos apoios sociais atribuídos pela autarquia reduzindo-se assim os efeitos da subserviência dos cidadãos ao poder político instalado; 28. A Qualificação do Ambiente Urbano, impõe também um reformular dos projetos de rotundas e zonas de arruamentos onde persistem áreas extensas de relva e deste modo retirar estas áreas verdes substituindo-as por outros materiais decorativos considerando o elevado consumo de água que está inerente à sua manutenção; 29. A este nível, também se deveria investir no equipamento de aproveitamento da energia solar para os edifícios públicos, dado termos as melhores condições de exposição solar de todo o país e assim se poupava nas despesas da eletricidade e na salvaguarda dos valores ambientais; 30. E também seria importante promover os estudos e projetos necessários para proporcionar o armazenamento de águas pluviais em zonas estrategicamente funcionais do nosso município e um Plano Estratégico Municipal da Gestão da Água, bem como informar as pessoas da evolução do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve; 31. Relativamente a Melhorar as Acessibilidades e a Mobilidade, não percebemos a razão da não implementação da proposta do nosso ex. vereador Luís Barroso, aprovada por unanimidade em 08-01-2020, designada "Lagos passo a Passo", abrangendo entre outras medidas, a desobstaculização dos passeios pedonais. Se não foi executada em 2020 no mínimo deveria constar nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de um ano subsequente e não foi, nem neste orçamento para 2025. Pretende o Sr. Presidente cumprir esta deliberação camarária? 32. O Eixo III – Lagos Mais Sustentável, nomeadamente no que respeita a Promover o Ecossistema Empreendedor e o Desenvolvimento Económico e Ambiental, carece que se tomem medidas de apoio à economia, para evitar o retrocesso da mesma, tentando manter ativas as empresas do Município e, desse modo, ser necessário concretizarmos algumas propostas de curto prazo de apoio direto à economia, bem como outras propostas mais estruturais e de médio/longo prazo; 33. Atenda-se à seguinte proposta que foi chumbada pelo executivo socialista na reunião de Câmara de 20-05-2021, para promover a economia local, sobre a Criação da I QUINZENA GASTRONÓMICA DE LAGOS, cujo objetivo era o de potenciar a economia local e promover o que no nosso Município tem de melhor, a nível de gastronomia, escolhendo um tema gastronómico adequado, mais a doçaria e vinhos, em articulação e COOPERAÇÃO com todos os empresários locais; 34. Realizamos uma outra proposta para apoiar a economia local, na reunião de Câmara de 12-05-2021, que foi aprovada por unanimidade, designada por ESTUDO DE LOCAL E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PARQUE MULTIUSOS DE FEIRAS, EVENTOS E MERCADOS NO NOSSO MUNICÍPIO, mas estranhamente, e à imagem de muitas outras propostas, não foi considerada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, nos anos

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

subsequentes, nem para o ano de 2025, a qual se descreve de seguida: Considerando que: 35. Desde as eleições de 2001 que o PS considerou no seu Programa Eleitoral a construção de um Parque Multiusos de Feiras, Eventos e Mercados; 36. Passados que são 20 anos de gestão do partido socialista, a construção desse equipamento continua por concretizar, pese embora a importância estratégica do mesmo; 37. A construção de um equipamento desta natureza, permitiria organizar o espaço em apreço de uma forma mais profissional, e promover eventos das mais variadas áreas todo o ano, potenciando a economia local; 38. A definição de benchmarking da Comissão Europeia diz-nos que este é um "processo contínuo e sistemático que permite a comparação das performances das organizações e respetivas funções ou processos face ao que é considerado o melhor nível, visando não apenas a equiparação dos níveis de performance mas também a sua superação". 39. Nesse sentido o nosso Município pode realizar um périplo por outras autarquias, muitas aqui perto da nossa e implementar um equipamento deste tipo, tentando se possível superar o existente noutros locais. PROPOSTA 40. Iniciar um estudo de um local apropriado para a implementação, no nosso Município, de um equipamento multiusos, já existente em quase todos as Autarquias do nosso País, para a realização de uma forma condigna, de FEIRAS, EVENTOS E MERCADOS; 41. Informar a comunicação social de aprovação em Reunião de Câmara, da presente proposta. 41. Sobre Promover o Desenvolvimento Ambiental e, face às ruturas de água que têm acontecido, é aconselhável que todos os anos sejam previstas montantes no orçamento para substituir condutas de água mais antigas; 36. Relativamente ao Eixo III, e no que concerne a Valorizar o Património Imobiliário Cultural e Natural, há muito que apelamos à recuperação das muralhas e baluartes e outros monumentos nacionais em degradação progressiva há mais de dez anos. Chamamos à atenção da proposta que foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara de 08-01-2020, designada por "Iluminação das Muralhas", apresentada pelo nosso ex. vereador Luís Barroso, que não foi operacionalizada até agora, nem sequer colocada nas Grandes Opções do Plano, para 2025, que recordamos o teor da mesma: Considerando que: 37. A iluminação das muralhas, foi um projeto bem planeado, e melhor executado e que melhorou substancialmente o aspeto das nossas muralhas e torreões; 38. Durante alguns anos, esta iluminação tornou-se num dos ex-libris da nossa cidade, à imagem do que acontece noutros Municípios; 39. Por variadas razões este projeto acabou, dado que a iluminação das muralhas e torreões, lamentavelmente deixou de existir; Proposta 40. Voltar a implementar o projeto da iluminação do nosso pano de muralhas e torreões, lançando um concurso público de execução, caso seja necessário, para dignificar novamente o nosso património histórico e cultural. 41. Pergunta-se ao Sr. Presidente se tem intenções de executar a deliberação de Câmara para iluminar o pano de muralhas? Pensamos que não porque nada está contemplado nas GOP para 2025!; 42. Sobre Desporto- Com vista à promoção do desporto propomos a criação do Conselho Municipal do Desporto**,** nele participando técnicos municipais, representantes das associações e clubes, dos treinadores e dos atletas, destinado a definir os objetivos do sector, a coordenar e a elaborar um plano estratégico plurianual das atividades desportivas, programando em conjunto com as associações do sector a realização dos diferentes eventos e

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

competições; 43. No que concerne à nota explicativa para as dotações a inscrever em 2025, gostaríamos de ser esclarecidos relativamente à nota de despesa 01.02/02.02.04 - Locação de Edifícios no montante 1 867 752 euros referente ao valor das rendas -Edifício dos Paços do Concelho Século XXI, dado que a Câmara detêm neste momento 100% das ações do edifício (adquiridas em 2024 os restantes 51% das ações do capital social da empresa anónima) e por consequência não necessita de continuar a pagar rendas, julgamos nós, a não ser que existem factos que desconhecemos; 44. Também a nota de despesa referida como 01.02/05.01.01.01- Empresas públicas municipais e intermunicipais, dotada com 270 000 euros, relativo à transferência de verba efetuada para a empresa Lagos-em-Forma, no âmbito do contrato programa, temos a referir, que face ao que aconteceu recentemente com o Tribunal de Contas, que acusou os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, relativos a um contrato programa, efetuado entre a câmara municipal e a empresa municipal Lagos-em-Forma, que levantamos muitas reservas sobre este tipo de contratos programa, não serem enviados para visto prévio do Tribunal de Contas, para evitar potenciais problemas futuros, para quem tem que votar, quer estas propostas de contratos programa, quer os documentos, que se encontram para deliberação nesta Assembleia relativos às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2025, que integram a transferência dos valores destes contratos programas; 45. Relativamente à nota de despesa 05/02.02.20 - Outros Trabalhos Especializados está dotado de 1 433 610 euros, que inclui na sua maioria, a prestação de serviços referentes à implementação da fibra ótica no Concelho de Lagos, carece de melhor explicação e fundamentação, destes trabalhos bem como do valor considerado; 46. Continuamos a constatar que a taxa de justiça sobre a água, no valor de 125.796 euros, é cobrada pela nossa autarquia, aos munícipes de Lagos, que se esquecem de pagar as faturas da água no prazo. Trata-se de uma taxa de justiça altamente injusta, porque não existe um 2.º aviso aos munícipes, que se esqueceram de pagar a fatura da água, tal como acontece com outras empresas, nomeadamente, de fornecimento de eletricidade, de gás, de comunicações, entre outros; 47. Acresce, por exemplo, que existem muitas rubricas, das quais vamos escolher algumas, a título meramente ilustrativo, para questionar e tentar perceber os valores inscritos no orçamento no lado da despesa (escolhemos os mapas do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2025), os quais passamos a referir nos pontos seguintes; 48. Rubrica "Aquisição e atualização de software informático" com o código de classificação orçamental 05 070108, que aponta para o valor total investido de 788.895 euros. Este montante carece de melhor fundamentação atendendo ao elevado valor considerado; 49. Rubrica "Aquisição/Expropriação de edifício" com o código de classificação orçamental 0102 07010301 num montante considerado de 1.294.662 euros. Qual o edifício que foi expropriado?; 50. Rubrica "Aquisição de equipamento informático" com o código de classificação orçamental 05 070107, que aponta para um valor de aquisição deste tipo de equipamentos de 484.272 euros, que devia ser melhor fundamentado; 51. Rubrica "DASU – Materiais de transporte – Inclui grandes reparações" com o código de classificação orçamental 03 07010602, que aponta para

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

um valor de 2.880.000 euros até ao ano de 2030, que carece de explicações adicionais sobre esta temática; 52. Rubrica "Aquisição de equipamento informático" com o código de classificação orçamental 05 070107, que aponta despesa até ao ano de 2030 de 3 250 000 euros, que julgamos que este montante deve ser acompanhado com a devida fundamentação e explicação; 53. Rubrica "Aquisição e atualização de software informático" com o código classificação orçamental 05 070108, cuja despesa até 2023 é de 1 980 000 euros, que igualmente são necessárias explicações sobre esta despesa; 54. Rubrica "Edifícios Municipais – Conservação, reparação, reabilitação e requalificação – inclui SCI e espaços exteriores" com o código de classificação orçamental 04 07010307, que está considerada uma despesa até 2030 de 467.000 euros, que julgamos que devemos tomar conhecimento do que se trata a despesa desta considerada; 55. Rubrica "Obras de requalificação na Escola das Naus – inclui estudos e projetos" com o código de classificação orçamental 04 07010305, cuja despesa para o ano de 2025 atinge 7 615 000 euros e até ao ano de 2030, está considerada uma despesa de 14.320 710 euros. Atendendo ao elevado valor, consideramos que nos devem esclarecer, da razão do mesmo, e quais as obras que vão ser realizadas; 56. Rubrica "Remodelação de infraestruturas na área do município – inclui equipamentos" com o código de classificação orçamental 04 07030301, que estão consideradas despesas até 2030 de 710 000 euros, sem se perceber que de obras se tratam, logo deve ser explicada e fundamentada a presente rubrica; 57. Relativamente às Rubricas "Ampliação, conservação e remodelação de coletores e redes de esgoto", consideradas nos códigos de classificação orçamental 04 07030302, um de 2023/68 e o outro de 2025/76, com despesas até 2030 de 308 693 euros e de 895 000 euros respetivamente, carecem ambos de fundamentação e de que obras se tratam; 58. Rubrica "Diminuição de perdas de água no sistema distribuidor do Concelho de Lagos" com o código de classificação orçamental 0407030307, cuja despesa considerada é de 5 000 000 euros, sem mais fundamentação para despesa tão avultada; 59. Assim dos pontos 45 ao ponto 55, descrevemos despesas que a Câmara Municipal pretende realizar, sem entendermos realmente de que despesas se tratam, sem fundamentação e explicação, que aconselhamos que seja entregue documento complementar anexo, para melhor entendimento da situação e apreço. Até porque muitas mais rubricas, que constam no Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2025, poderiam ser também referidos nesta declaração de voto, porque as mesmas são dúbias, quanto à sua fundamentação e explicação e nas mesmas, e estão em muitas delas inscritas milhões de euros, no mapa das PPI; 60. Lamentamos ainda que ao nível do ensino pré-primário público, em que apenas preenchemos 30% das necessidades, não esteja previsto qualquer investimento no sentido de reforçar a oferta pública; 61. Em conclusão, somos da opinião que perdemos, mais um ano, a oportunidade de realizar um orçamento baseado num documento de apoio (as GOP) que fosse realista e considerasse apenas os objetivos estratégicos a concretizar em 2025 e não debitar ações que são impossíveis de concretizar em 2025, a não ser que esperemos mais uma dúzia de anos. A redação das GOP, com tantas ideias, podiam ser aproveitadas, como documento de trabalho, para apoiar a elaboração de um documento estratégico, baseado no compromisso de concretização efetiva, para o

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

nosso Concelho, para se identificarem, as ideias que seriam real e concretamente exequíveis; 62. A discussão de Orçamento Municipal e das Grande Opções do Plano deve ser realizada de uma forma séria e competente, atendendo que, desta discussão, emergem as políticas a serem implementadas em prol do Município e dos munícipes. Infelizmente, para além da apresentação da proposta da Câmara realizada pelo Sr. Presidente, a discussão da proposta não existiu. Por todos estes motivos aqui enunciados, os Eleitos de Lagos Com Futuro vão votar contra os documentos do Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2025, pelos motivos referidos ao longo desta declaração de voto, mas principalmente pela situação do subsídio atribuído à Lagos- em- Forma, referido no ponto 41 desta DV, no valor de 270.000 euros que pode vir futuramente a ser colocado em causa pelo Tribunal de Contas, como aconteceu anteriormente num outro subsídio atribuído à Lagos-em-Forma, onde foram atribuídas responsabilidades dos deputados municipais, que não desejamos de forma alguma que nos aconteça novamente, sob pena de condenação ao pagamento de multas aos deputados municipais no valor de montantes elevados."----------

------O Grupo Municipal da CDU apresentou a seguinte Declaração de Voto: "O documento das GOP e plano plurianual de investimentos, apresentado, tem ligeiras alterações resultantes das propostas apresentadas pelas diferentes forças políticas, o que representa uma evolução face a 2024, assim como a integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com a referência às medidas que os integram. Continua no entanto a ser um documento generalista e que é essencialmente um conjunto de intenções que depois não se encontram suportadas nos quadros descritivos das verbas. Em relação à habitação, após 8 anos sem entrega de qualquer habitação, neste mandato, finalmente foram entregues as primeiras 17 casas, mas apesar das inúmeras referências, de facto durante o ano de 2025 a previsão é de serem entregues 12 casas. No entanto não foram integradas as propostas: compromisso de aplicação de 10% do IMT para habitação social, não foi considerada isto apesar do reconhecimento de que este processo deveria ter sido contínuo e regular. Outra inconsistência prende-se com a referência à área de reabilitação urbana de Lagos como uma medida positiva, mas existe a recusa de alargar este modelo para as Freguesias. Como ponto positivo finalmente temos a Carta Municipal de habitação, proposta apresentada há cinco anos pela CDU, e que finalmente agora se encontra em fase de discussão pública, esperando a execução das ações previstas. Na área da educação apesar de ter sido apresentada como solução para a sobrelotação das escolas do 2.º e 3.º ciclos a ampliação da escola Básica das Naus e da Escola E.B 2/3 Tecnopolis, que continua a não apresentar qualquer resposta para outro problema que é a cobertura do pré-escolar público. Na área do desporto uma das medidas prevê, mais uma vez, a cobertura de um dos campos de jogos da Escola Secundária Júlio Dantas, e mais uma vez sem verba atribuída no orçamento, não sendo explicado porque a opção de cobrir um espaço não foi integrada na ampliação da Escola das Naus. Refere-se ao apoio às famílias e alunos, mas recusa-se a proposta da oferta dos livros de fichas de exercícios aos alunos, tal como é feito nos outros municípios das Terras do infante. Em relação aos

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

idosos apesar da referência à proteção e ao combate ao isolamento social, não houve espaço para acolher a Oficina solidária (Aprovada) nem a teleassistência. Vamos continuar a alargar a Polícia Municipal sem ter feito um balanço da sua ação e do cumprimento dos objetivos que estiveram na base da sua criação. È referido o plano integrado da avenida onde se prevê disciplinar a venda ambulante, mas nada em concreto é referido. UOPG10, um projeto interessante e de grande envergadura, mas sem respostas para a sua concretização, pois tal como é referido ainda não há espaço para o parque de feiras. Continuando a ser empurrado qualquer avanço para 2026. Em relação à mobilidade foi acolhido "estudar" a proposta da gratuitidade dos transportes urbanos, para os maiores de 65 anos, residentes no concelho, mas não há qualquer compromisso para a gratuitidade total ser equacionada já no próximo concurso da Onda. Em relação à água, não há referência à reutilização da água da ETAR, nem verba claramente atribuída para o efeito o que parece inconsistente com o constantemente anunciado e com a capacidade da Etar após as obras. Aborda-se a sustentabilidade que se pretende para o turismo mas sem concretizar, nomeadamente assumindo que as novas construções vão ser "obrigadas" a incorporar soluções de sustentabilidade da água e energia, também do ponto de vista da sustentabilidade social. O museu ferroviário, dois anos e meio depois da assinatura do protocolo não há verba atribuída para avançar com o projeto. Refere-se a criação de um novo equipamento cultural, sem mais detalhes e atribuição de verba. O orçamento participativo volta a ser empurrado para o futuro, significando isso que não se valoriza esta ferramenta de participação da população, sendo com estas ferramentas que conseguimos aproximar as pessoas e combater os populismos. Relativamente aos direitos das pessoas com deficiência continuam por cumprir diversas deliberações da Assembleia Municipal, nomeadamente, o Plano de Mobilidade sustentável, a criação do Conselho Municipal da Pessoa com deficiência e os catálogos digitais da Biblioteca e do Museu. No que diz respeito ao Património Histórico continuam por cumprir as deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal sobre classificação e identificação do nosso Património Histórico. Pelo atrás exposto e apesar de reconhecer alguma evolução em relação a orçamentos anteriores, consideramos que ainda não é o orçamento que responde em pleno aos problemas do Concelho e que a Câmara poderia ir mais longe, assim houvesse vontade política, e por isso a nossa abstenção."----------

------**PONTO 3 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NO ROSSIO DAS EIRAS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-690-29.----------

------O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou se, em Odiáxere, iria ser construído um campo de futebol regulamentar e se existiu alguma reunião da Junta de Freguesia, ou mesmo da sua Assembleia de Freguesia, onde constasse uma deliberação formal sobre a desafetação do terreno.----------

------O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS), respondeu que a Junta de Freguesia foi ouvida no processo, esclarecendo que a

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

parcela em causa permitirá equilibrar o terreno e será intervencionada com recurso a fundos comunitários e com o apoio do IPDJ, candidaturas estas apresentadas pelo Clube Desportivo de Odiáxere, estando todas as partes de acordo com a desafetação.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, acrescentou que este processo foi articulado entre o Clube Desportivo de Odiáxere, a Junta de Freguesia e o Município, tendo como objetivo transformar o parque de estacionamento existente numa zona desportiva.----------

------Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Três da Ordem do Dia, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	2	2	0	1	**24**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 147/AM/2024**:

------**Deliberado**, por maioria com 24 votos a favor (16 do PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], 3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do BE [David Roque]) e 1 abstenção do CHEGA (Paulo Rosário), autorizar a desafetação do Domínio Público Municipal, da Parcela de terreno, com a área de 273,27 m², designada na planta síntese do loteamento do Rossio das Eiras, promovido pela Freguesia de Odiáxere, como zona B reservada a estacionamento público, para cedência da mesma, a título gratuito, à Freguesia de Odiáxere, para ampliação do campo de treinos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 21 de agosto de 2024.----------

------O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: "Analisámos atentamente este processo. O terreno onde se situa o campo de treinos que se pretende aumentar é propriedade da Junta de Freguesia, mas contudo, quem faz o pedido à Câmara não é o proprietário do terreno mas sim o comodatário. Não temos dúvidas que o Clube de Odiáxere merece que finalmente tenha um campo de treinos regulamentar onde treinar. No entanto é com surpresa que não verificamos constar no processo qualquer parecer da Junta de Freguesia de Odiáxere ou qualquer ata dos órgãos da Freguesia que peça ou autorize receber a cedência desta parcela de 273,27m2 de terreno no domínio privado da Freguesia. Pior, é saber que antes de qualquer desafetação estar confirmada, já as obras particulares estão nos terrenos e a terminar, sobre a parcela que ainda pertence ao domínio público municipal, sem qualquer identificação nem dos donos de obra, nem das autorizações, nem sequer do construtor. É triste que tenha que ser o Clube

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

Desportivo de Odiáxere, mero comodatário, a procurar regularizar a situação e a fazer o que deveria ser a Junta de Freguesia a fazer, nomeadamente o pedido de cedência da Câmara Municipal, e a necessária desafetação do domínio público municipal para incorporação no seu domínio privado. É como se a Junta de Freguesia de Odiáxere não existisse. Também não consta do processo qualquer referência à necessária minuta de escritura pública necessária para a cedência da parcela do domínio privado municipal para a Junta de Freguesia conforme obriga o Código Civil, nem é feita referência à necessidade de se adaptar o contrato de Comodato entre a Junta de Freguesia e o Clube por forma a legitimar a obra em curso no terreno. Todo este processo reflete uma falta de planeamento e uma falta de respeito pelos Odiaxerenses, uma falta de respeito aos órgãos da freguesia de Odiáxere e ao próprio Clube desportivo de Odiáxere, que tanto orgulho desportivo nos tem dado e que merecia um melhor cuidado e atenção das autarquias neste processo."----------

------**PONTO 4 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXAS E TARIFAS APLICÁVEIS ÀS ÁREAS PORTUÁRIO-MARÍTIMAS E ÁREAS URBANAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÓMICO NÃO AFETAS À ATIVIDADE PORTUÁRIA E ÀS PRAIAS MARÍTIMAS INTEGRADAS NO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO DO ESTADO, SOB GESTÃO MUNICIPAL DECORRENTE DOS DECRETO-LEI N.º 97/2018, DE 27 DE NOVEMBRO E DO DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-690-30.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, explicou que este documento resulta da Delegação de Competências, na qual o Município assume determinadas obrigações. Acrescentou que a Autarquia aceitou estas competências porque, ficando sob a sua responsabilidade em vez do Ministério, passaria a ter maior capacidade de gestão, embora subsista um problema de jurisdição. Sublinhou, no entanto, que esta questão não seria problemática se estivesse incluída no Programa Lagos Apoia. Considerou importante que esta área tivesse a jurisdição transferida em todas as suas vertentes. Assim, verificou-se a necessidade de realizar um levantamento dos regulamentos em vigor e proceder à sua adaptação. Informou que se encontra em fase de contratação uma consultora para efetuar essa análise e permitir fixar as taxas de ocupação do domínio público marítimo. Explicou ainda que, em articulação com a equipa jurídica do Município, foi possível estabelecer um período de transição, permitindo que os novos regulamentos fiquem preparados para entrar em vigor no início de 2025, altura em que passará a ser feita a cobrança das novas taxas.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) indicou o sentido de voto e questionou o que faltou à Câmara Municipal para que a revisão dos regulamentos pudesse ter sido feita internamente, lamentando que se recorra frequentemente a serviços externos quando existem recursos humanos nas várias especialidades, considerando incompreensível essa opção.----------

------A Sra. Cristina Marreiros (LCF) indicou o sentido de voto e questionou, face à

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

má gestão da Docapesca e tendo a Câmara Municipal passado a gerir a zona do espelho de água junto à Marina, como será organizada esta área e qual será a situação dos pescadores.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que foi criada a Divisão Jurídica e que, nas várias fases de concurso, chegaram a concorrer cerca de vinte colaboradores. Contudo, muitos dos contratados, por não serem de Lagos, acabam por regressar aos Municípios de origem quando surge vaga, uma vez que a deslocação diária se torna dispendiosa. Relativamente à contratação de serviços externos, justificou que seria difícil à Divisão Jurídica assumir também esta função, dado o crescente volume de processos de impugnações e multas, pelo que se torna necessário libertar esta divisão para tais matérias, ressalvando que os serviços externos irão contar com a colaboração do jurídico municipal. Quanto ao espelho de água, esclareceu que se trata de uma área concessionada e tripartida, pertencendo à Docapesca, Sopromar e Marina. Com a transferência das competências da Docapesca para a Câmara Municipal, o Município ficará com a posse do Domínio Público Marítimo. Acrescentou ainda que a Marina tem a obrigação de realizar a obra, embora a gestão pertença à Docapesca, e que todo o processo decorrerá em devido tempo.----------

------Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Quatro da Ordem do Dia, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	2	2	0	1	**24**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 148/AM/2024:**

------**Deliberado**, por maioria com 24 votos a favor (16 do PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], 3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Milvia Gonçalves], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [Cristina Marreiros, José Vieira], 1 do BE [David Roque]) e 1 abstenção do CHEGA (Paulo Rosário), nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 26 de novembro de 2024, autorizar, com efeitos imediatos, a vigência temporária no quadro normativo municipal, até que entre em vigor o novo Regulamento Geral das Taxas, Preços e Outras Custa Municipais, do elenco legislativo das taxas e tarifas que cada uma das anteriores entidades gestoras das áreas recebidas vinha a aplicar, formado pelas: a) Taxas pela ocupação do domínio público hídrico emergente do Regulamento dos Serviços Prestados pelos Órgãos e Serviços da Autoridade Marítima Nacional, aprovado pela Portaria n.º 506/2018, de 2 de outubro, anteriormente cobrada pela Capitania do Porto de Lagos; b)Taxas emergentes do

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

Regulamento Específico de Tarifas, pela utilização de infraestruturas e ocupações no domínio público hídrico, anteriormente cobradas pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A.. Todas sintetizadas no documento anexo - Anexo I e sem prejuízo da repartição das receitas que decorrem da Lei.----------

------O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: "Não é surpresa que a gestão socialista está a deixar Lagos para trás no que respeita à atualização de Regulamentos Municipais por atualizar. O que é surpresa é que o executivo sabia desde que foi publicada a Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, que iria receber competências nas áreas portuário-marítimas, e aceitou em concreto as competências em Setembro de 2019. Contudo, decorridos mais de cinco anos a Câmara Municipal não foi capaz de elaborar o necessário novo regulamento de Taxas e Licenças que incorporasse as taxas e tarifas transferidas para a competência do Município. Contudo, apresentou agora uma vigência temporária de um "quadro normativo municipal, até que tal atualização regulamentar apareça. Mais que estar a tecer considerações sobre as taxas ou as tarifas em particular, o Partido CHEGA entende que esta medida é de todo extemporânea, que ao invés deste quadro de vigência temporária deveríamos estar a apreciar agora um novo Regulamento de Taxas e Licenças, que cinco anos são mais que suficientes para que a adequação do estivesse concluída. E por esta incapacidade da gestão socialista não se encontrar sequer justificada, votamos abstenção."----------

------**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.----------

------**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-------**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 3 de dezembro de 2024, às 20.30 horas, hora regimental, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, no Ponto 2 da Ordem do Dia, eram 23 horas e 53 minutos, tendo declarado encerrada esta Reunião, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, José Manuel da Silva Jácome, 1.º Secretário, em exercício, da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.----------

.....

.....

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com